



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

**ANA GIULIA DE ARAÚJO CONTE**

**O DELÍRIO E O POEMA:  
CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A LINGUAGEM NA PSICOSE**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Cristina Maesso**

**BRASÍLIA**

**2020**

Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Ana Giulia de Araújo Conte

**O DELÍRIO E O POEMA:  
CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A LINGUAGEM NA PSICOSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Cristina Maesso

BRASÍLIA

2020

O DELÍRIO E O POEMA:  
CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A LINGUAGEM NA PSICOSE

**Banca Examinadora:**

**Presidente:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Cristina Maesso

Universidade de Brasília

**Membro interno:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Scheinkman Chatelard

Universidade de Brasília

**Membro externo:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Oliveira Sobral

Faculdade Inspirar

**Suplente:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Rigotto Lazzarini

Universidade de Brasília

## AGRADECIMENTOS

À professora Márcia, por aceitar surpreender-se comigo com o desenrolar deste trabalho, e que, com sua leitura atenciosa e críticas contundentes, manteve-me sempre entusiasmada em seguir adiante;

À Paulo e Rosângela, José Luiz e Taline, minha família, pelo ilimitado amor e incentivo;

À Mariana, por sua amizade, sua escuta, sua tão preciosa companhia, tão essenciais em todas as etapas deste caminho;

Ao grupo reunido pelo mútuo encantamento com a psicanálise e, principalmente, por laços de amizade muito fortes, por meio do qual a solidão da escrita e da clínica se transformam em algo muito prazeroso. Obrigada, Gabriela, Carolina e saudosíssima Juliana – minha grande referência ética e política;

Ao Mateus, companheiro amoroso e dedicado, uma presença tão encorajadora e um colo tão confortante;

Aos colegas do grupo de pesquisa do LAPSUS, pela leitura cuidadosa e discussões acaloradas;

Aos delirantes que vi surgir nos atendimentos a que me foram confiados a escuta;

À bolsa de pesquisa fornecida pela Universidade, que possibilitou a dedicação a esta pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho busca retomar formulações de Sigmund Freud e Jacques Lacan sobre a psicose, com ênfase na função da linguagem e na relação com o vazio (ou o buraco) de significante instaurado pela *Verwerfung*, operação de recusa do significante Nome-do-Pai, uma falha na inscrição do Outro da linguagem, que tem consequências no funcionamento desta. Efeito de um distúrbio da linguagem, o delírio decorre de uma ruptura com a realidade exterior e consequente substituição pelo mundo fantástico. Propomos o diálogo com outro pensador da linguagem, o poeta Octavio Paz, para pensar a criação poética, ato que dispõe da fragilidade da correspondência entre significante e significado, fazendo surgir uma obra, onde a palavra, em vez de estar aprisionada à significação, é libertada. Pretende-se lançar um caminho para pensar o delírio como um empenho de reconstituição, tomado como uma construção do sujeito, em uma articulação com o fazer poético, na medida em que o poema realiza um jogo com as ressonâncias de sentido, um verdadeiro desmonte da unidade do signo linguístico, consonante com a subversão da linguística saussuriana realizada por Lacan. Trata-se das articulações possíveis entre a constituição do delírio e a escrita poética, refletindo sobre as contribuições que o poeta poderia trazer ao psicanalista em sua escuta, uma escuta desligada dos limites do campo do sentido. Assim, pretendemos pensar os possíveis desdobramentos clínicos em psicanálise, uma vez que a posição ética do analista envolve não um descarte da produção delirante, mas uma criação em favor da cura que contém um dizer do sujeito.

**Palavras-chave:** psicose, delírio, poema, cura, linguagem, significante.

## ABSTRACT

This work seeks to take Sigmund Freud and Jacques Lacan's formulations on psychosis, with emphasis on the function of language and the relationship with the lack (or hole) of the signifier established by *Verwerfung*, an operation that marks the rejection of the Name-of-the-Father signifier, a failure in the inscription of the Other of language, which has consequences for its functioning. As an effect of a language disorder, the delusion results from a rupture with external reality and consequent replacement by the fantastic world. We propose a dialogue with another thinker of language, the poet Octavio Paz, to think about poetic creation, an act that has the fragility of correspondence between the signifier and the signified, giving rise to a work where the word, instead of being imprisoned to signification, is released. We intend to propose a way to think about delusion as a task of reconstitution, taken as a construction of the subject, in articulation with poetic making, as the poem plays a game with the resonances of meaning, a true dismantling of the unity of the linguistic sign, consonant with Lacan's subversion of Saussurian linguistics. These are the possible articulations between the constitution of the delusion and poetic writing, reflecting on the contributions that the poet could bring to the psychoanalyst in his listening, a listening disconnected from the limits of the field of meaning. Thus, we intend to think about the possible clinical developments in psychoanalysis, since the analyst's ethical position involves not a discard of delusional production, but a creation in favor of a cure that contains a statement from the subject.

**Keywords:** psychosis, delusion, poem, healing, language, signifier.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
Objetivos .....	23
Justificativas .....	23
Divisão dos capítulos .....	24
<b>CAPÍTULO 1 – A PSICOSE NAS OBRAS DE FREUD E LACAN</b> .....	26
1.1. Freud e a impossibilidade da psicose .....	26
1.2. As contribuições de Jacques Lacan .....	34
1.3. Os psicóticos amam o delírio como a si mesmos .....	50
<b>CAPÍTULO 2 – A LEI DO HOMEM É A LEI DA LINGUAGEM</b> .....	54
2.1. O inconsciente estruturado como uma linguagem .....	54
2.2. O inconsciente é o discurso do Outro .....	63
2.3. O poeta, mestre da língua: Linguagem e poesia em Octavio Paz .....	66
<b>CAPÍTULO 3 – O DELÍRIO E O POEMA</b> .....	75
3.1. A língua e seus deslocamentos .....	75
3.2. O delírio é uma construção .....	79
3.3. O delírio do verbo e a realização do verbo .....	82
3.4. A questão clínica da psicose .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	91

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 .....	40
Figura 2 .....	58

## O Delírio e o Poema:

### Considerações Psicanalíticas sobre a Linguagem na Psicose

No descomeço era o verbo.

Só depois é que veio o delírio do verbo.

O delírio do verbo estava no começo, lá

onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.

A criança não sabe que o verbo escutar não

funciona para cor, mas para som.

Então se a criança muda a função de um

verbo, ele delira.

E pois.

Em poesia que é voz de poeta, que é a voz

de fazer nascimentos –

O verbo tem que pegar delírio. (Barros, 2010, p. 301)

Este trabalho parte de uma antiga questão, cujas ressonâncias incitaram interesse de estudo e pesquisa, iniciada ao ter sido lançada (pelo meu desejo, evidentemente) ao desafio de realizar, enquanto estudante de graduação, atendimentos clínicos no campo das estruturas psicóticas e de intervir em suas primeiras manifestações de crise. A psicose<sup>1</sup> se apresentou a mim como um enigma, uma inquietação diante da clínica que colocou questões sobre minha posição de analista (em formação) e que conduziu a um interesse teórico que envolve minha subjetividade como clínica e como pesquisadora. Esse encontro foi permeado por um diligente

---

<sup>1</sup> Embora Sigmund Freud e Jacques Lacan tenham diversas vezes se referido às psicoses, no plural, diferenciando os tipos clínicos que a fazem múltipla no interior da estrutura, optou-se aqui por utilizar o termo no singular, para demarcar que se trata de uma estrutura clínica, que, como a neurose, implica a relação do sujeito com o significante e com a estrutura da linguagem.

interesse, uma desperta curiosidade, que, transformado em desejo de escutar e desejo de saber, por meio de um atravessamento à minha posição de pesquisadora, foi capaz de mobilizar forças que culminam, enfim, na dedicação a esta pesquisa.

Das questões eminentemente clínicas que inicialmente se apresentaram, surgem outras de ordem teórica, em especial da observação dos fenômenos clínicos que se apresentavam em um desdobramento que por vezes culminavam na irrupção de um delírio. As formações delirantes apareciam como uma espécie de narrativa, que podia ser mais ou menos coerente, que impusesse algum esclarecimento retroativo sobre os fenômenos alucinatorios que se apresentaram e que haviam obstruído seu lugar no mundo. Uma vez construído, o delírio refazia esse período de crise, reestruturava o caminho percorrido até ali e tornava sua existência possível em um mundo que havia ficado tão estranho.

Houve um caso, por exemplo, em que o intenso sofrimento a que a paciente paranoica estava submetida só dá sinais de arrefecimento quando ela pôde relacionar a perseguição que sofria com a Nova Ordem Mundial, que para ela tinha o sentido de difamar e zombar das pessoas de bem para instaurar uma sociedade corrompida. Ali, a formação delirante funcionou como uma amarração mínima que deu fim à significação que se impunha indefinidamente, e possibilitou o início de um tratamento, pois ela só procurou um espaço de escuta uma vez que o delírio começou a ser formulado.

Observar a articulação dos fenômenos ao funcionamento da linguagem foi o que introduziu os problemas de pesquisa que encontram aqui seu lugar de trabalho. A psicose é uma estrutura psíquica regida por uma lógica e um rigor, uma estrutura que se revela no dizer do sujeito e que articula de determinada maneira os registros do real, simbólico e imaginário – os registros da realidade humana –, cujo núcleo inscreve a relação do sujeito com o significante sob seu aspecto mais formal, seu aspecto de significante puro (ou seja, insignificante e, por isso mesmo, indestrutível), em que tudo o que se constrói em torno são reações de afeto ao fenômeno

primeiro, a relação com o significante (Lacan, 1955-1956/1985). Firmada no solo do acidente, do buraco do simbólico, da falta ao nível do significante, suas manifestações demonstram a radical divisão entre significante e significado, sem um ponto mínimo de ligação, ao mesmo tempo em que o sujeito aparece impregnado de sentido. Esta condição possibilita a inclusão dos fenômenos psicóticos no campo dos fatos de linguagem, pois sua estrutura linguageira aparece a descoberto, enquanto na neurose essa estrutura só se revela pela via do deciframento (Soler, 1991).

Pensar em estrutura, da forma como foi formulada por Jacques Lacan, envolve pensar a estrutura da linguagem e a relação do sujeito com o significante. Para o psicanalista, o inconsciente freudiano só pode encontrar fundamento se estiver fundado na premissa, aforística em seu ensino, da estrutura do inconsciente como homóloga à da linguagem (Lacan, 1953/1998). O conceito de Outro, herança da descoberta da aproximação entre inconsciente e linguagem, vem inaugurar a concepção lacaniana da constituição subjetiva, uma vez que designa a ordem de determinação do humano, que é a linguagem. O ser humano sofre determinações do sistema simbólico da linguagem, no qual o Outro, com A maiúsculo, fornece os significantes que o constituirão e o farão ingressar na ordem simbólica.

A linguagem determina o sujeito simbolicamente, antes mesmo de seu nascimento, e ao mesmo tempo não pode determiná-lo inteiramente, pois sua estrutura é faltosa. Na psicose, há uma exterioridade do sujeito em relação ao conjunto do aparelho da linguagem, o que conduz Lacan (1955-1956/1985) à pergunta: o psicótico verdadeiramente entrou na linguagem? É uma questão que deve ser pensada por meio da noção de significante e seu funcionamento, cujos desdobramentos foram desenvolvidos por Lacan a partir da herança do conceito de signo, deixada pela linguística estrutural do início do século XX. Retomaremos a questão.

O percurso que se seguirá para abordar o problema está amparado na noção freudiana do delírio como um trabalho de reconstrução e de cura (Freud, 1911/2010), uma obra do sujeito

para refazer um mundo implodido e que articula uma rede de significações e implica a função do significante. Para Lacan (1955-1956/1985), a psicose “consiste em um buraco, uma falta ao nível do significante” (p. 229). Sua concepção da psicose, formulada no período entre 1955 e 1956 na ocasião de seu terceiro Seminário anual, *As psicoses*, é ancorada na não-inscrição de um significante organizador que viria a barrar o sujeito e inscrever o desejo enquanto tal.

### **O Problema da Psicose**

Sigmund Freud insistiu na impossibilidade de tratamento da psicose pela psicanálise (1911/2010, 1915/2010, 1925/2011), baseado na constatação de que o investimento libidinal restrito ao eu inviabilizaria o estabelecimento de relação transferencial, móbil do acesso ao inconsciente. Impossibilitado de se desprender do estágio do narcisismo, o psicótico acha ali uma fixação que atua como predisposição à doença. Freud (1911/2010) supôs que tal predisposição está associada ao trecho entre autoerotismo e narcisismo, tendo como efeito uma rejeição do mundo externo, ou seja, um abandono dos investimentos objetais, e um sobreinvestimento do próprio eu, o que resulta em uma incapacidade para a transferência. Esta configuração situa a psicose na obra freudiana de maneira não mais que alusiva, como uma espécie de contraponto às estruturas neuróticas, embora haja uma possibilidade de abertura para seu estudo posterior, iniciada com efeito nas notas sobre o presidente Schreber e associada à ideia de um laço institucional inevitável (Freud, 1911/2010).

Se as considerou inacessíveis à análise, deixou como legado preciosas teorizações aos psicanalistas que se dedicassem ao tema no futuro (1925/2011), não deixando de reconhecer que a psicose tinham muito a ensinar à psicanálise (1937/2019). Dedicou-se ao sistema delirante de Schreber (1911/2010) como um linguista se dedica ao seu objeto, e observou que o delírio, longe de ser uma manifestação patogênica a ser cessada, representava a tentativa de reconstruir seu mundo subjetivo, “não mais esplêndido, é certo, mas ao menos de forma a nele poder viver”

(Freud, 1911/2010, p. 94). O trabalho do delírio consiste, então, na reconstrução desse colapso interno provocado pelo rechaçamento da realidade.

A leitura freudiana das formações delirantes na psicose representou grande rompimento com a tradição médica que as entendia como meras manifestações da evolução da doença que deviam ser suspensas. Freud (1911/2010) não somente percebeu que o delírio desnuda o mundo inconsciente como também vê nele a reconstrução do mundo como tentativa de cura. O delírio foi tomado como uma produção que não deve ser detida, o que consistiu em uma tentativa freudiana de retirar a psicose do conjunto nosográfico das anomalias, indicando ao clínico que evite a ânsia pela cura (*furor sanandi*).

A peculiaridade da constituição subjetiva da psicose e de suas produções revelou para Freud limitações em sua nascente psicanálise, mas teve a atenção de Jacques Lacan, que logo de saída demonstrou as relações estreitas com a linguagem. Atento às entrelinhas do que Freud deixou por desenvolver, Lacan manteve vivo interesse pela psicose. Sua tese de doutorado de 1932, *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, versava sobre o tema da psicose de forma distinta das proposições médicas. Os anos de 1950 – o período de retorno a Freud – foram marcados por trabalhos, incluindo o Seminário III (Lacan, 1955-56/1985), em que o problema da psicose é abordado sob a luz da influência da linguística de Ferdinand de Saussure e do retorno à teoria freudiana do narcisismo para demarcar a função ilusória do eu. É o período em que estão concentradas as reflexões sobre o registro imaginário, a partir da qual a psicose foi abordada, e que será privilegiado neste trabalho em função de seu escopo, o de tratar a psicose pela faceta do distúrbio da linguagem.

Assinalar a importância da linguagem e da fala foi uma constante em seu ensino (Lacan, 1957-1958/1999). Escreveu: “para que estejamos na psicose, é preciso haver distúrbios de linguagem” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 110), indicando a relação com o significante. Ele asseverou que a cadeia de fenômenos da psicose não se configura propriamente como uma

desordem, mas que, ao contrário, seu desenvolvimento indica para o restabelecimento de uma “ordem do sujeito” (Lacan, 1957-1958/1998, p. 579), ainda que catastrófica em relação à ordem neurótica. Esta ideia encerra a tradição de pensá-la a partir de uma causalidade orgânica, inserindo uma posição ética diante da psicose, consonante a toda posição da psicanálise desde o princípio.

Diferente de Freud, que via no narcisismo – período de relação autoerótica no qual o objeto não existe –, a impossibilidade de uma entrada em análise, as observações clínicas de Lacan (1955-1956/1985) fazem-no constatar que no autoerotismo existem objetos, mas essa afirmação só tem efeito se for feita a devida distinção entre duas categorias distintas: em primeiro lugar, o outro, com *a* minúsculo, imaginário, a forma originária do campo no qual se estrutura uma multiplicidade de objetos, e o Outro absoluto, alteridade radical, esse Outro que é “tudo em si (...), mas ao mesmo passo inteiramente fora de si” (p. 287). Esta diferenciação é fundamental para o prosseguimento na abordagem lacaniana da psicose, pois é a única maneira de adentrar no campo de seus mecanismos e fenômenos, que não se limitam ao registro imaginário, âmbito do narcisismo – que fornece apenas uma descrição fenomenológica, dá forma à alienação psicótica, mas não sua dinâmica. Por este caminho, Lacan fez a proposição de um tratamento possível para a psicose.

### **O Significante: A Subversão de Lacan**

O período inicial do ensino lacaniano, datado da década de 1950, sofreu grande influência do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e da linguística de Ferdinand de Saussure. Este último visou se aprofundar em todas as manifestações da linguagem humana, estruturada em termos de dicotomias como língua e fala, diacronia e sincronia e, ao que aqui interessa, significante e significado (Saussure, 1916/2006). Da linguística estrutural, Lacan herdou a noção de signo, aquilo que representa algo a alguém, que é constituído por duas faces, a do significante e a do significado. Lacan quebrou a unidade do signo proposta por Saussure e

subverteu a relação originalmente proposta entre os elementos, observando que a barra que os separa é uma barreira resistente à significação e, portanto, não há relação biunívoca entre eles, assim abandonando a ideia de que cada significante se associa a um significado.

Saussure, afirma Arrivé (2001), fez uma teoria do signo; a teoria de Lacan, por sua vez, é uma teoria do significante, ou seja, uma teoria do sujeito, de sua constituição subjetiva, e isso é indicado pela fórmula de que o significante é aquilo “que representa um sujeito para outro significante” (Lacan, 1964/2008 p. 203). Demarcando a primazia do significante em relação ao significado, ele demonstrou que há algo de que o significado não pode dar conta, e que o sistema de linguagem, ainda que abranja a totalidade das significações, não esgota as possibilidades do significante (Lacan, 1955-1956/1985). O significante é uma palavra vazia. Atua separado de sua significação, ou seja, há uma *autonomia* do significante. Por esse estatuto das significações as línguas humanas se separam das linguagens animais, as quais são regidas pela correlação unívoca entre significante e significado, havendo impossibilidade de equívoco nos sistemas de símbolos animais (Arrivé, 2001). Na ordem do que é humano, o mal-entendido impera.

O significante é essencialmente insignificante. Desta propriedade o poeta está inteiramente ciente: “Significar / reduz novos sonhos / para as palavras” (Barros, 2011). Somente a partir da articulação da cadeia de significantes ele pode passar ao universo das significações, pois estas estão submetidas às leis do significante. Isolado, não significa nada, pois ele tem suas próprias leis, independente do significado (Lacan, 1955-1956/1985).

Na psicose, o significante está em causa, consistindo uma falta ao nível do significante (Lacan, 1955-1956/1985). O significante é autônomo, mas não isolável – a concatenação de significantes é o que determina os efeitos de significação, formando algo de coerente. A falta de um significante leva o sujeito a reconsiderar todo o conjunto. Há uma não-integração do sujeito no registro do significante: ele jamais entra no jogo dos significantes, ele não chega a tomar a palavra, mas “dizer *sim, sim, sim* à do vizinho” (p. 285). Ocorre que, pela ausência de

um significante primordial que ordena a fala, há uma desarticulação da cadeia de significantes, uma falência do significante em deambular o sentido. A palavra perde a mediação do símbolo e coincide com a coisa. Por uma impregnação de sentido, o sujeito está diante de uma falta a nível da simbolização e conseqüente emergência desses significantes no real.

O sujeito se reconstitui ao redor desse buraco onde o suporte da cadeia significante lhe falta. É um acidente que foi designado por Lacan como foraclusão do significante Nome-do-Pai, *Verwerfung*, e que dá à psicose sua matriz de estrutura. Uma vez que a realidade humana é irreduzivelmente estruturada como significante, é com a realidade exterior que há ruptura, dilaceração. A realidade é rompida, substituída pelo mundo fantástico.

*Verwerfung*, uma negação constitutiva, furo na linguagem, define a posição do sujeito diante da castração (Lacan, 1955-1956/1985). Trata-se de uma operação onde o significante Nome-do-Pai é foracluído, deixado de fora, e resulta em uma rejeição de todo o acesso à castração, tendo como efeito o reaparecimento no real. *Verwerfung* é uma abolição simbólica, e tudo o que não foi simbolizado, integrado no sujeito, retorna no real. A simbolização se refere à Lei fundamental, e toda experiência humana é realizada por meio e através dela. A Lei é instaurada pelo Édipo e, na psicose, é intolerável, pois comporta um sacrifício tida como impossível no plano das significações.

## **O Delírio**

Lacan (1955-1956/1985) destacou a importância dos fenômenos de linguagem na economia da psicose. Isso significa que sua estrutura está em relação com o Outro, com o laço, ou seja, que tem relação com o social. Pensar no que se trata na psicose como fenômeno de linguagem indica uma ruptura definitiva com a concepção de que o sujeito padece de desordens fisiológicas, déficits orgânicos ou disfunções dos órgãos dos sentidos. Implica, portanto, pensá-la a partir da relação com o significante, ou melhor, da falta de um significante, e do que resta para o sujeito para que possa se reconstituir. “Se soubermos escutar”, afirma, “o delírio das

psicoses alucinatórias crônicas manifesta uma relação muito específica do sujeito em relação ao conjunto do sistema da linguagem em suas diferentes ordens” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 237).

Impossibilitado por estrutura de recorrer ao complexo de castração para se defender da angústia, o psicótico lança mão da construção de um delírio. Para Lacan, a castração não é uma questão do corpo, mas uma questão simbólica: tem o sentido simbólico de uma perda de integridade física. Consta então que o presidente Schreber, cujo caso clínico é reavido no Seminário (Lacan, 1955-1956/1985), não consegue simbolizar algo, e, na impossibilidade de viver em um mundo em que não é castrado, constrói um delírio para que possa viver.

O delírio se apresenta como uma composição, um texto que se constrói em um momento posterior<sup>2</sup> ao do surgimento das turbulentas alucinações, onde se exprime a ruptura do simbólico, rompimento da ligação entre as palavras, e o mundo todo está tomado por significação. A formação delirante é uma verdade explicitada, oposta à ocultação neurótica decorrente de um compromisso simbolizante, e contém em sua estrutura uma significação irreduzível, que remete somente a si própria e que funciona como um ponto de basta. Sua especificidade está na inflexível certeza (a certeza delirante) e no neologismo,<sup>3</sup> que cria uma fórmula que se repete com insistência e que cria a interrupção na rede do discurso (Lacan, 1955-

---

<sup>2</sup> Tal posterioridade é lógica, e não cronológica. A noção de tempo em psicanálise, diferente da concepção que o ordena por meio de uma sequência linear, “requer as noções de antecipação e retroação, é o tempo do futuro anterior, sem o qual nenhum dos fenômenos subjetivos pode ser corretamente interpretado” (Eidelsztein, 2012, p. 59, tradução nossa).

<sup>3</sup> As produções neológicas de Daniel Paul Schreber, reunidas em suas Memórias de um doente dos nervos, expressam-se como novas palavras compostas conforme as regras da nova língua, a saber, a *Grundsprache*, a língua fundamental (Lacan, 1957-1958/1998).

1956/1985). O delírio *subverte* a língua, faz um uso próprio dela, sendo essa a estrutura, a nível de economia do discurso, que marca sua assinatura.

O delírio é, portanto, efeito de um distúrbio da linguagem. É composto por palavras, uma realidade linguística, um fato de linguagem, e não um fenômeno acessível ao olhar. Sua ação provoca uma modificação da realidade a partir da proliferação imaginária que inunda o sujeito. A estrutura delirante remete à falta do significante Nome-do-Pai, o que inscreve a simbolização primária. É o significante que opera a metáfora paterna, fazendo um corte no Desejo da Mãe, substituindo-o pela significação fálica (1957-1958/1999). O Nome-do-Pai, o pai simbólico, representa o Outro – o Outro como sede da lei –, e é o significante que funda o fato de existir a lei, “ou seja, a articulação numa certa ordem do significante – complexo de Édipo, ou lei do Édipo, ou lei da proibição da mãe” (p. 153). O que resulta é uma organização psíquica em que o sujeito tem de estar diante da falta do significante, diante de uma reação em cadeia que sua ausência produz.

Propomos neste trabalho, a partir da ênfase no campo da linguagem, sua estrutura e funcionamento, pensar o delírio como esse empenho de reconstituição, um fenômeno da ordem da linguagem que pode ser tomado como um dizer. Retomando as formulações de Sigmund Freud e Jacques Lacan sobre a psicose, questiona-se se o delírio pode ser entendido como uma *(re)construção*, posterior ao período de desencadeamento de uma crise que envolveu o sujeito numa tentativa de cura, por meio da qual o sujeito possa dizer de si.

O termo *(re)construção* indica, por um lado, a reconstrução do mundo implodido após a crise e, por outro, no sentido cunhado por Freud (1937/2019) em *Construções na análise*, no qual demonstrou que o trabalho de construção do analista, análogo ao trabalho do arqueólogo, pode ser equiparado ao trabalho do delírio, uma vez que este é uma construção diante do fenômeno da alucinação, que sofre influência da realização de desejo sobre seu conteúdo: “As formações delirantes dos doentes parecem-me equivalentes das construções que elaboramos

nos tratamentos analíticos, tentativas de explicação e reconstituição” (Freud, p. 379). Tal equivalência será desdobrada no terceiro capítulo.

## **O Poema**

As formulações iniciais de Lacan sobre a psicose, como se pôde entrever acima, esteve fundada na subversão da linguística estrutural. Optou-se por privilegiar este período do seu ensino, empreendido na década de 1950, por inspirar um diálogo com outro pensador da linguagem: o poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz que apresentou, em sua obra *O arco e a lira*, de 1956 (Paz, 1956/1982), importantes reflexões sobre o fazer poético em um rico diálogo com a linguística e referências diversas da história e cultura da América Latina.

Concebido, curiosamente, concomitante ao desenvolvimento do terceiro Seminário de Jacques Lacan, a obra de Paz é um tratado sobre o devir poético, e traz importantes contribuições sobre a natureza da linguagem e o uso da língua em sua potência mágica. A coincidência não se encerra na data. Os dois autores, geográfica e culturalmente distantes, beberam da preta fonte da linguística e trataram de falar dela a partir de sua subversão, ou seja, de desenvolvimentos que respeitosa e abertamente abriram novos horizontes, pensando suas problemáticas sem jamais deixar de exaltar suas ricas contribuições às ciências do homem e da cultura. O que os pensadores fizeram em suas obras não deixou de prestar solene respeito à linguística de Saussure, mas, na subversão de seu campo e de seu alcance, puderam oferecer preciosas contribuições à psicanálise e à poética, respectivamente.

Paz (1956/1982) serviu-se do universo simbólico da linguagem para tratar do fazer poético e da função poética da linguagem. Ele observou que é próprio da palavra não caber em qualquer univocidade de significados, carregando em seu ser uma pluralidade de sentidos. A criação poética consiste na transformação da matéria-prima – a palavra, em seu estado natural, repleto de polissemias, ambiguidades, *nonsenses*, enfim, tudo o que indica que sua natureza vai muito além do som e da significação – em obra, levando ao mundo uma possibilidade

inesgotável de significações. O poeta, ciente da natureza da linguagem, recupera a originalidade primitiva da palavra, uma reconquista que “afeta os valores sonoros e plásticos tanto como os valores significativos” (p. 26). É à função do significante que ele credita seu fazer, dispondo da fragilidade da correspondência entre significante e significado. Brincando com essa qualidade da linguagem, faz surgir uma obra onde a palavra, em vez de estar aprisionada, reduzida ou mutilada à significação como ocorre na prosa, é libertada.

O autor evidenciou o caráter *subversivo* deste tipo de criação, em que as normas da língua sofrem um estremeamento para que uma obra possa surgir. O delírio, por sua vez, tem sua própria forma de subverter a norma, embora seja, evidentemente, diverso do poema em estrutura, função e operação. Esmiuçando as características de cada um, assim como a função do significante em suas estruturas, pretende-se lançar um caminho, certamente não o único, para pensar o delírio e sua operação de reestruturação do sujeito. O delírio e a poesia são pensados em paralelo, sem a pretensão de aproximá-los em sua estrutura, mantendo em suspenso o questionamento sobre as contribuições que a insubordinação às normas linguísticas que o poema acarreta poderiam trazer à escuta do delírio em psicanálise, já que, a exemplo do ato falho e do chiste, a escuta em análise tem conotação específica, supõe que há algo a ser lido e não descartado. A hipótese do inconsciente em psicanálise sinaliza que se trata de uma escuta do significante (não só a palavra ou o som, mas a imagem, o corpo) e não da linearidade da significação.

A referência à subversão neste trabalho é embasada na noção apresentada por Dunker (2011), e tem o sentido de “inverter e deslocar o sentido de um processo” (p. 440). É uma passagem ao contrário que implica em um novo deslocamento, ou seja, uma subversão com preservação da estrutura. A psicanálise, segundo o autor, subverteu em seus princípios os parâmetros da clínica psiquiátrica, da qual se originou, sendo a própria experiência de análise subversiva, uma vez que coloca ao sujeito a exigência de uma fala em associação livre, dirigida

pelo inconsciente, uma modalidade discursiva distinta de qualquer outra. Jacques Lacan insistiu na importância desse deslocamento, tal como se pode observar pela extensão do uso do termo *version* em sua obra, na torção de conceitos emprestados de áreas conjugadas à psicanálise, elevando-os a um novo estatuto.

A arte tem sua maneira particular de subversão, pois sua função é de subverter o mundo fragilmente ordenado das civilizações. Pelo uso da brincadeira, do jogo, de recursos visuais, imagéticos, sonoros, táteis, dentre outros, a arte reconcilia o homem, que empenha o sacrifício de seus desejos em prol da vida em sociedade, com a cultura, tecendo novamente os fios de seus laços de pertencimento (Rivera, 2005). A interface entre a arte e a psicanálise data dos princípios da teoria freudiana e, de acordo com a autora, é sinuoso, às vezes com o fracasso, e por influência mútua deixa marcas nos dois campos que os incitam a transformações e criações. Ambas escancaram que o ser humano está permanentemente dividido, irremediavelmente fragmentado por um espelho que se despedaçou quando da constatação freudiana de que o eu não é o senhor de sua própria casa.

Evocam-se, portanto, a arte e a poesia como formas discursivas que serviriam aqui ao diálogo com a psicanálise, especificamente em sua abordagem da psicose, por inserir um modo particular de tratar das questões humanas, subversiva em relação ao paradigma da ciência do século XX, de linha empirista e racionalista, que exerce ainda influência nas disciplinas que se dedicam ao homem e à cultura. A exemplo da psicologia, que trabalha com a noção de um indivíduo coerente e unificado, observa-se a predominância de teorias que prezam pela eliminação do equívoco dos conceitos, uma delimitação rigorosa de seu objeto que a deixa enclausurada no campo do sentido, e a exclusão do sujeito em sua pretensão de objetivação do discurso. Trata-se aqui de uma concepção da cultura e da linguagem que não se pretende a um encerramento, mas a uma constante reflexão de seus elementos, destacando a dicotomia entre

a razão e desrazão, na qual a razão é concebida como o sentido compreensível e socialmente compartilhado em correspondência à verdade.

“À maneira da experiência da loucura, em que o mundo deverá ser reinterpretado por um trabalho delirante, a arte faz aí vacilar a percepção imediata das coisas, convocando assim uma potência interpretativa”, afirmou Rivera (2005, p. 25). É este olhar inédito para o mundo o que inspira o diálogo entre a construção delirante e o trabalho do poeta, este que trabalha com a licença de *fazer o verbo delirar* (Barros, 2010)

Pensando a relação entre as diferentes formas de insubordinação às normas da língua, no poema e no delírio, considera-se que pensá-los em conjunto, atentos às ideias desenvolvidas pelos autores em questão em suas respectivas obras, poderia trazer novas modalidades de escuta à clínica da psicose, uma clínica que ainda sofre dos resquícios da hipermedicalização e reclusão a que foi tradicional e historicamente submetida, a despeito dos esforços da psicanálise de retirá-la do campo das anomalias e de fazer cessar os estigmas que a cerca.

Acredita-se que essa leitura do delírio e da poesia e de como funcionam é importante para ressaltar que a psicose é um modo de estruturação que envolve o Outro da linguagem, confrontando a aceção psiquiátrica de um transtorno localizado no interior do sujeito que deve ter suas manifestações cessadas. O percurso aqui proposto, que envolve formulações freudianas e lacanianas da psicose, assim como as ideias de Paz sobre a poesia, pretende refletir sobre as possíveis consequências teóricas e clínicas para a psicanálise.

O presente trabalho tem o propósito de tratar das articulações possíveis entre a constituição do delírio, processo que envolve a criação de uma narrativa, e a escrita poética, refletindo sobre as contribuições que o poeta poderia trazer ao psicanalista em sua escuta. Por considerar o delírio como fenômeno de linguagem, a psicanálise, da forma como foi conduzida por Lacan, dá um novo salto, o da abertura à um outro lugar de destinação desses modos de

organização, além de possibilitar uma escuta das produções psicóticas desligada dos limites do campo do sentido, que rege a psicologia clínica em geral.

### **Objetivos**

Pretende-se, como objetivo geral e a partir de uma investigação teórica, estudar o delírio enquanto fenômeno de linguagem e suas relações com o poema, tendo na função do significante uma direção para o percurso. Como objetivos específicos, deve-se: (a) pensar a questão da linguagem em Jacques Lacan, centrada na primazia do significante e nas reverberações para a constituição do sujeito, junto às ideias apresentadas por Octavio Paz sobre a poesia; (b) explorar a relação entre as diferentes formas de subversão das normas da língua, no poema e no delírio; (c) verificar possíveis desdobramentos e consequências clínicas de tal investigação na clínica da psicose; (d) enfatizar as diferentes implicações éticas entre a escuta do delírio como loucura e a escuta como dizer do sujeito numa expressão poética, resguardando as diferenças entre ambos.

### **Justificativas**

Considera-se que a reflexão aqui proposta possa lançar um caminho que privilegie certos aspectos teóricos da psicanálise para tratar da psicose e do delírio a partir de uma perspectiva centrada na noção de que a psicose não é, como quer a psiquiatria, uma doença mental localizada no sujeito, mas uma estrutura que envolve o Outro da linguagem, um Outro não-castrado, cheio de gozo, que relega o sujeito à posição de objeto. Centrado na falência da função do significante que opera na psicose, um significante não inscrito e que não opera como tal, o trabalho realiza um percurso teórico que se beneficia da poesia para pensar o que o psicanalista pode aprender com o poeta. Supõe-se que há uma contribuição à escuta analítica, uma escuta ligada à insubordinação às normas da língua com que se dedica o apreciador da arte literária, com o desprendimento de quem se abre ao poema. Assim, deve-se enfatizar que a psicose não é uma doença ou anomalia, mas uma forma de funcionar, em que o significante não

opera, sua função falta e assim contribuir para descontinuar o discurso vigente que designa à psicose um lugar social que colabora com esse efeito de ruptura que o mantém excluído do pacto de simbolização, uma destinação que se encerra na clausura, seja ela física, a das instituições, ou química, a das medicações.

### **Divisão dos Capítulos**

No primeiro Capítulo, serão revisitados os textos freudianos que versam sobre a psicose, a paranoia e o delírio, para desvelar os principais conceitos e noções que servem aos propósitos deste trabalho, com ênfase nas formas de negação da realidade na neurose e na psicose, o papel da linguagem no estudo do inconsciente nas chamadas psiconeuroses narcísicas, fundada na chamada “linguagem do órgão” (Freud, 1915/2010), e a concepção freudiana do delírio como tentativa de cura. Retomadas por Jacques Lacan, estas noções foram reposicionadas à luz de referências diversas, sobretudo a linguística e o estruturalismo, para renovar seu estatuto a partir da ideia de que a psicose é um distúrbio da ordem da linguagem e se estrutura na falta de um significante primordial. A noção de Outro, da realidade estruturada como significante e da forclusão do significante paterno serão enfatizadas no percurso das contribuições lacanianas. Por fim, dedicaremos uma seção ao delírio e sua estrutura.

No Capítulo 2, pretende-se pensar a questão da linguagem e do significante em Lacan, noções intrincadas na constituição subjetiva, com ênfase em dois aforismas lacanianos: a) o inconsciente estruturado como linguagem, cuja tese é paradigmática do ensino de Lacan, é o seguimento lógico do período de retorno a Freud. Não há outra coisa na psicanálise senão a linguagem, e sua inscrição em fórmula já estava prescrita nas entrelinhas da obra freudiana; e b) o inconsciente é o discurso do Outro, a partir do qual retomaremos a questão do Outro com A maiúsculo como o marco da derrocada da totalidade do eu, para pensar a questão da estrutura da linguagem, uma ordem de determinação do mundo humano que contempla simultaneamente o todo e o não-todo. Em seguida, é abordada a obra de Paz (1956/1982), dedicando-se ao poema

e às expressões poéticas, a fim de examinar sua concepção de linguagem e percurso pela criação poética, que envolve um jogo com as ressonâncias de sentido e um desmonte da unidade do signo linguístico.

Pretende-se, no terceiro e último Capítulo, realizar uma discussão das noções desenvolvidas, de modo a pensar o dinamismo da língua e os deslocamentos que sofre pelos falantes, de modo que o efeito poético é inerente à sua utilização. Por meio da estrutura e funcionamento do delírio e do poema, em suas aproximações e distanciamentos, propomos a criação poética como um ato de fazer o verbo delirar e o delírio como uma vivência de realização do verbo. Defenderemos, ainda, a ideia do delírio como uma construção (no sentido freudiano), e, por fim, refletir sobre de que modo o poema, em sua dimensão subversiva da língua, poderia contribuir à escuta clínica das produções psicóticas, assim como os desdobramentos clínicos.

## Capítulo 1 – A psicose: Linguagem e Delírio

O presente capítulo visa fazer um panorama das formulações de Sigmund Freud e Jacques Lacan sobre a psicose, centrado na função da linguagem e na relação com o vazio (ou o buraco) de significante instaurado pela recusa do Nome-do-Pai, um acidente na subjetividade que torna ausente o juízo de atribuição (*Bejahung*) e resulta na manifestação delirante (Beividas, 2009). A constituição de um delírio é tomada como uma possível (re)construção do sujeito a partir de uma significação irreduzível que se impõe como verdade explicitada. Diante da emergência de reformulação da realidade, o sujeito se dedica a uma reinterpretação do mundo, numa tentativa de cura que possibilite um mundo onde o psicótico possa viver. Este percurso promove um breve e inevitável reencontro com os desenvolvimentos freudianos sobre os escritos de Daniel Paul Schreber, de modo a contextualizar as bases para uma análise estrutural realizada por Lacan em seu terceiro Seminário e pensar a função da linguagem e do significante, evidenciando a importância dos fenômenos de linguagem na economia da psicose.

### 1.1. Freud e a Impossibilidade da Psicose

As primeiras menções à psicose na obra freudiana constam nas correspondências com Wilhelm Fliess, médico alemão a quem Freud endereçou boa parte de suas produções e especulações teóricas na tentativa de estruturar as constatações retiradas da prática clínica, na pré-história da psicanálise. Ele designou a paranoia, a histeria, a neurose obsessiva e a confusão alucinatória como modos patológicos de defesa contra angústia, que podem comprometer parcela maior ou menor da realidade (Freud, 1895/2016). A defesa contra a angústia está relacionada ao princípio da constância, a tendência do aparelho psíquico de se manter no mínimo nível de estimulação possível; defende-se do desprazer que a energia psíquica pode produzir (Freud, 1896/2016). Na paranoia, os conteúdos intoleráveis para o eu são projetados para o mundo exterior.

Conicionados a uma predisposição, os modos patológicos de defesa estão implicados na historicidade da vida psíquica, em que as vivências infantis de identificação e disposição da libido regulam o modo de funcionamento cristalizado posteriormente: “Alguém se torna paranoico em relação a coisas que não pode suportar, desde que tenha a predisposição psíquica específica para isso” (Freud, 1895/2016, p. 15). Esta ideia foi ratificada por Jacques Lacan (1955-1956/1985) com a máxima “Não se torna louco quem quer” (p. 24), já que, “para ser louco, é necessário alguma predisposição, se não alguma condição” (p. 23). Observa-se que o pensamento freudiano contém os precipitados que levam Lacan, influenciado pelo estruturalismo de Lévi-Strauss, lançar a noção de estrutura, conforme desenvolveremos posteriormente.

Freud (1911/2010) teceu o essencial de sua teoria sobre a paranoia debruçando-se sobre os escritos de Daniel Paul Schreber, publicadas no livro *Memórias de um doente dos nervos*. As *Memórias* consistem em todo e único material ao qual Freud teve acesso do caso, extraindo deste texto todas as considerações que resultaram em sua publicação. Ele jamais considerou, apesar das críticas que sofreu, que esse aspecto possa ter reduzido ou limitado a importância das construções sobre a paranoia. Suas anotações permitiram refazer a classificação da paranoia sob bases inéditas, utilizando-se de noções estruturais sem precedentes na psiquiatria. Ele observa que a paranoia revela “ainda que de forma distorcida, justamente o que os demais neuróticos escondem como um segredo” (p. 14), o que conduziu Lacan (1955-1956/1985) à constatação de que, na psicose, o inconsciente funciona a descoberto. A análise do texto de Schreber precipitou a bipartição da psicose entre a paranoia, que concentrou seu interesse predominante, e a esquizofrenia (ou parafrenia, como sugeriu denominar), que foi designada como inacessível à psicanálise por sua incapacidade de transferência.

O peculiar da paranoia, Freud (1911/2010) percebeu da análise do caso, é a formação de sintomas, e não os complexos associados, já que as constatações sobre o complexo paterno

e sobre a fantasia central da doença<sup>4</sup> de Schreber (a transformação em mulher) pareceram pouco esclarecedoras para traçar diferenças estruturais em relação à neurose. Da relação de ambivalência com seu perseguidor, o anteriormente amado dr. Flechsig, Freud deduziu que na etiologia da paranoia há a defesa contra um impulso libidinal homossexual.

A desordem se dá em um estágio entre o autoerotismo e o narcisismo, e a escolha de objeto narcísica, da qual o sujeito busca se defender, é o núcleo de todo adoecimento paranoico (Freud, 1915/2010). Freud (1911/2010) considerou lícito “atribuir justamente à fantasia de desejo homossexual uma relação íntima, e talvez constante, com o quadro clínico da doença” (p. 79). Diante da fantasia de desejo homossexual, o paranoico responde com a formação delirante, que revela – a exemplo do caso Schreber, onde a fantasia de emasculação era central em seu delírio – os conteúdos eróticos da vida psíquica:

Enquanto o comportamento normal nos impede um vislumbre das profundezas da vida psíquica, pode-se duvidar que as relações emocionais do indivíduo com os outros, na vida social, tenham algo a ver com o erotismo, de fato ou geneticamente. O delírio é que regularmente põe a nu tais relações, e faz remontar o sentimento social a suas raízes no desejo erótico grosseiro-sensual. (Freud, 1911/2010, p. 80)

A fixação no narcisismo implica em uma impossibilidade estrutural de submeter as pulsões à sublimação, havendo uma sexualização das pulsões (Freud, 1911/2010). O psicótico busca se defender contra a castração, esta que tem o sentido simbólico de perda de integridade física. O delírio do presidente Schreber retratou os esforços de defesa contra uma pulsão homossexual que ameaçaria sua completude, e dispôs da transformação imaginária do impulso homossexual em um delírio que o fez – ninguém menos que – a mulher de Deus. Não podendo

---

<sup>4</sup> O termo doença é utilizado por apreço e rigor aos termos de Freud, tais como constam na edição utilizada, com tradução de P. C. Souza (2010), mas não corresponde à terminologia psiquiátrica, que designa um desarranjo de ordem fisiológica.

se defender da pulsão do id por meio de ligações com o meio exterior, o paranoico encontra este novo recurso, o de “fomentar esta neoprodução que é alucinação” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 125).

A predisposição ao adoecimento paranoico está ligada à origem narcísica da escolha homossexual de objeto (Freud, 1915/2016). O psicanalista verificou que, em geral, “o perseguido permanece fixado nas mesmas pessoas, portanto também no mesmo sexo, no qual recaiu sua escolha amorosa antes da transformação paranoica” (p. 93). Na relação com o perseguidor, antes amado, ocorre uma reversão do afeto, onde a ambivalência inicial dá lugar a afetos hostis que surgem como defesa da homossexualidade:

Na paranoia persecutória o enfermo se defende de uma ligação homossexual muito forte a determinada pessoa de uma certa maneira, e o resultado é que essa pessoa tão amada se torna um perseguidor, contra o qual se dirige a agressão – muitas vezes perigosa – do doente. É lícito acrescentarmos que uma fase anterior transformara o amor em ódio. (Freud, 1923/2011, p. 54)

Os complexos parentais exercem influência na formação delirante, onde uma suposição inicial se liga a elementos casuais: “Essa posterioridade [*après-coup*, relacionada à temporalidade do inconsciente] na recuperação de impressões e um deslocamento como esse da lembrança são justamente frequentes na paranoia e a caracterizam” (Freud, 1915/2016, p. 92). Algo precisa se impor para que o complexo que sustenta o sujeito subjetivamente mantenha sua influência, e a ele são integrados elementos da realidade nesta composição que é o delírio.

Tanto na neurose quanto na psicose, há ruptura com a realidade exterior. Enquanto o conflito fundamental da neurose se dá entre o eu e o id, resultando em um sacrifício da realidade psíquica, a psicose se refere a semelhante embate entre o eu e o mundo exterior. A partir de um intenso desinvestimento do mundo resultante de uma frustração que desvanece seu significado e o torna intolerável, há a emergência da criação de um novo mundo, regido pelos impulsos

provenientes do id. O delírio, produto dessa reformulação da realidade, “é como um remendo colocado onde originalmente surgira uma fissura na relação do Eu com o mundo exterior” (Freud, 1924/2011, p. 180). Embora apareçam como manifestações do processo patogênico, as formações delirantes consistem na reconstrução da realidade insuportável que antes provocou a divisão, representando uma tentativa de cura (Freud, 1924/2011).

Neurose e psicose resultam da frustração dos desejos infantis não realizados e representam invariavelmente o fracasso da função do eu. O super-eu se mostra um elemento complicador da equação por representar o modelo ideal reunido a partir das influências do id e do mundo, e exige do eu a plena conciliação das diversas reivindicações. Na psicose, o resultado é uma ruptura com a realidade e subsequente substituição por outra, tolerável ao eu. Mas também a neurose, por vias e processos distintos, perturba a relação do sujeito com a realidade (Freud, 1924/2011). Consistindo nos processos que tentam reparar a perda decorrente do recalque, a neurose é o resultado das consequências de seu malogro, uma vez que é uma operação que se dá sempre de forma incompleta. O afrouxamento da relação com a realidade é resultado deste estágio de compensação, e a parcela da realidade que se mostrou intolerável e sobre a qual o recalque operou sofre alterações posteriores.

Na psicose, por outro lado, a reparação pela retirada do eu da realidade não tem como efeito uma restrição do id, como na neurose, mas a “criação de uma nova realidade, que não desperte a mesma objeção” (Freud, 1924/2011, p. 217). A realidade é negada e remodelada, tendo nas fantasias inconscientes que se manifestam na alucinação o fornecimento de material para a reconstrução do mundo, de acordo com as novas condições subjetivas impostas à realidade. Já que a parte afastada da realidade sempre retorna para “importunar a psique” (p. 219), o aparelho psíquico precisa continuamente adaptar percepções à nova realidade, e as alucinações são submetidas a esforços de reinterpretação até que um delírio em sua forma final se constitua.

O novo mundo fantástico da psicose se impõe em detrimento da realidade externa. Ficou evidente para Freud (1924/2011) que o paranoico se utiliza de uma *negação* da realidade, mas se viu envolto na indagação do mecanismo específico que produz o distanciamento da realidade e sua reconstrução. Ele confiou à investigação psicanalítica o mérito de tornar compreensível o jogo de forças atuantes comum às neuroses e psicoses, considerando que a diferença entre elas não estava situada nos complexos envolvidos, mas no mecanismo em jogo na ruptura com a realidade.

### ***Construções do Analista***

No texto dedicado à interpretação e ao lugar do analista, Freud (1937/2019) observou que interpretar pressupõe certa desconfiança em relação ao conjunto da linguagem, ou seja, que há uma dissimetria própria à linguagem, uma vez que esta não contempla a totalidade do sentido. O sentido é produzido pelo sujeito em associação livre, e suas produções – o sonho, o ato falho, o lapso, o sintoma – são inseridas no contexto de certas condições subjetivas, regidas pela lógica do inconsciente, cujas leis não são as mesmas de nossos pensamentos de todos os dias, mas que se manifestam de forma articulada (Lacan, 1957-1958/1998).

Para Freud (1937/2019), o delírio é o lançamento de um núcleo de verdade do sujeito, sendo uma referência à sua pré-história, e possibilita uma explicitação:

a loucura não só tem método, como já reconheceu o poeta, mas também contém uma parte de verdade histórica, e nos é lícito supor que a crença obsessiva que a loucura encontra extrai a sua força justamente de tal fonte infantil. (p. 378)

Assim como em algumas manifestações neuróticas, ocorre no delírio um deslocamento de verdade histórica para o presente ou para a expectativa de futuro. Semelhante ao mecanismo do sonho, o afastamento da realidade é uma brecha à imposição da fantasia na consciência, tendendo à realização do desejo. A deformidade e o deslocamento do lembrado são obra das resistências que emergem do processo e das tendências à realização do desejo. Reconhecendo

este atributo de revelação de uma verdade contida no delírio, a psicanálise poderia não incorrer no erro, ou “esforço inútil” (p. 378), como se referiu, de convencer o doente da contradição do delírio perante a realidade, sugerindo algum vislumbre de trabalho terapêutico: “Esse trabalho consistiria em libertar aquela parte de verdade histórica de suas deformações e ligações com o presente real, reconduzindo aquela parte do passado à qual pertence” (p. 378).

Por conseguinte, as formações delirantes são equivalentes das construções elaboradas em análise, que consistem em tentativa de explicação e reconstituição. Sob as condições da psicose, o delírio substitui a realidade renegada [*verleugnet*] no presente por outra que nos primórdios também foi renegada. Cabe ao analista a revelação das relações íntimas entre o material da recusa [*Verleugnung*] atual e o que foi suprimido nos primórdios. A construção do analista retoma uma parte da história de vida perdida, assim como “o delírio também deve o seu poder de convencimento à porção de verdade histórica que ele coloca no lugar da realidade rejeitada” (Freud, 1937/2019, p. 379). O delirante, assim como a histérica, também sofre de reminiscências.

### ***Linguagem do Órgão***

Estruturando sua metapsicologia, Freud (1915/2010) deparou-se com a necessidade de falar especificamente das neuroses narcísicas, incluindo a esquizofrenia (ou “parafrenia”), para delinear mais claramente o sistema *Ics*, seu funcionamento, lógica e relações com a linguagem. Ele retoma a ideia já postulada (1911/2010) de que, na esquizofrenia, há um abandono dos investimentos objetais, e a libido retirada do objeto recua para o eu, havendo a regressão a um narcisismo sem objeto, que fundamentaria a incapacidade para transferência.

Freud (1915/2010) constatou a concretude e literalidade das palavras na psicose por meio de um caso clínico a ele relatado. Trata-se de uma jovem que, fazendo recriminações ao namorado após uma briga, “queixa-se de que ‘os olhos não estão direitos, estão virados’. (...) é um hipócrita, um *virador de olhos* [*Augenverdreher*], ele virou os olhos dela, agora ela tem

os olhos virados” (p. 141). Freud percebeu que as declarações da doente desvendavam a significação e a gênese da formação de palavras na esquizofrenia. Com as mudanças na linguagem que lhe são características, as frases são formadas por uma ausência de organização bastante peculiar que as torna ininteligíveis, e suas manifestações parecem absurdas, nas quais uma relação com órgãos do corpo assume o primeiro plano do conteúdo.

A relação com o órgão (no caso em questão, o olho) “se arvora em representação de todo o conteúdo” (Freud, 1915/2010, p. 141), havendo um traço hipocondríaco que se apresenta na fala, onde se destaca, como conteúdo predominante na cadeia de pensamentos, o próprio órgão ou as sensações dele provenientes. O esquizofrênico, conforme observou nas expressões verbais da paciente, trata as palavras como coisas. Há uma realização do verbo, e as palavras, perdendo sua qualidade significante, são cindidas de sua significação, reduzidas ao estado de coisa (Soler, 2007).

Nessa “linguagem hipocondríaca” ou “linguagem *do órgão*” (Freud, 1915/2010, p. 142), as palavras são provenientes do mesmo processo a que são submetidas as imagens oníricas, o processo psíquico primário. São palavras condensadas e submetidas ao deslocamento, tal como se observa no trabalho do sonho, onde uma só palavra pode representar toda uma cadeia de pensamentos: “Ocasionalmente o trabalho do sonho trata as palavras como as coisas, e cria, então, falas ou neologismos ‘esquizofrênicos’ muito semelhantes” (p. 143).

A formação delirante privilegia a palavra em detrimento da referência à coisa, ou, melhor, leva a palavra ao estatuto de coisa. Apesar do profundo abandono dos investimentos de objeto, “o investimento nas representações verbais dos objetos é mantido” (Freud, 1915/2010, p. 146). O psicótico abandona o investimento libidinal no objeto, mas mantém libido na representação-palavra; o que ocorre é uma espécie de desligamento entre a palavra que anteriormente representava o objeto e o objeto em si, e essa palavra perambula no sujeito e percorre a concretude de seu corpo. É uma maneira de tentar reaver os objetos perdidos pelo

desinvestimento; mantém-se sua parte verbal (a palavra), em vez da própria coisa, sendo, assim, uma conciliação que se faz em favor da cura: “pode-se tentar caracterizar o modo de pensar dos esquizofrênicos dizendo que eles tratam as coisas concretas como se fossem abstratas” (p. 150).

## **1.2. As Contribuições de Jacques Lacan**

A psicose incitou em Jacques Lacan grande interesse desde os primórdios de seus estudos e ensino, e parte importante de sua obra foi a elas dedicada. Se as psiconeuroses foram paradigmáticas para a psicanálise freudiana, a psicose obteve para Lacan um espaço consistente ao longo de toda a sua obra. Neste trabalho, a ênfase se dará nos anos iniciais de sua transmissão, a década de 1950, período conhecido como o retorno a Freud, em que o imaginário ocupava lugar central e tinha o ponto de apoio da linguística estrutural para ser situado. Desenvolvimentos posteriores em sua obra, que permitiram um novo olhar para a psicose, serão deixados em suspenso por ora, em função do escopo do trabalho de abordar a função da linguagem no delírio e na poesia.

Amparado na noção de que falta ao psicótico a inclinação à transferência, Freud (1925/2011) asseverou que não há possibilidade de exercer qualquer influência sobre o paciente. Ele constatou o papel predominante do narcisismo na psicose a partir do desenvolvimento da teoria das pulsões, o que possibilitou uma melhor apreensão analítica (Freud, 1930/2010), embora sem perspectivas de êxitos clínicos; uma impossibilidade técnica, portanto, que não deixou cercear a possibilidade de uma futura reformulação: “É verdade que nem todo saber se converte atualmente em força terapêutica nessa área; mas também o ganho puramente teórico não deve ser pouco apreciado e bem pode esperar sua aplicação prática” (Freud, 1925/2011, p. 150).

Jacques Lacan procedeu a partir dessa abertura não desenvolvida por Freud, e formulou proposições, reunidas em seu terceiro Seminário, de um tratamento possível para a psicose (Lacan, 1955-1956/1985). Por uma dupla influência em seu pensamento, da linguística e do

estruturalismo, Lacan empreendeu o retorno às observações freudianas sobre o presidente Schreber, pilar da teoria sobre a paranoia, reposicionando a clínica da psicose em psicanálise. Ordenando o novo campo que descobriu e fundou, Freud dispôs de conceitos inacabados, permeados por questões que ele próprio não ocultou, passíveis de revisão e contestação. Esse gérmen por desenvolver foi deixado como legado, por meio do qual o ensino lacaniano retoma a perspectiva histórica do tratamento da paranoia e a falta de critério diagnóstico que por décadas foi perpetuado. A psicose suscitou, na psiquiatria e na psicanálise, problemas clínicos, nosográficos e de tratamento, situando-se com ambiguidade nos manuais diagnósticos, que não sugeriam terapêutica adequada.

Tradicionalmente, a psiquiatria almejou e acreditou numa restituição do sentido na cadeia de fenômenos patológicos como uma maneira de compreender o doente e a gênese de seu adoecimento (Lacan, 1955-1956/1985). A psicogênese pretende restabelecer a ordem de eventos, recuperar a relação entre eles, atribuindo-lhes sentido unívoco, e assim chegar a uma compreensibilidade de fenômenos que ocorrem na vida psíquica e que poderia tornar evidente o caminho da formação sintomática. A psicanálise, por sua via, distanciou-se desta tradição desde os seus primórdios: “o grande segredo da psicanálise é que não há psicogênese” (p. 16).

Lacan (1955-1956/1985) desacreditou das chamadas relações de compreensibilidade de Karl Jaspers, e postulou o mal-entendido fundamental como entrave e, paradoxalmente, como condição à comunicação; nos termos de Miller (1997): “esse mal-entendido que não é acidente nem contingência, é estrutura. Intrínseco à comunicação, leva o sentido indiretamente” (p. 18). A ideia de uma psicogênese, portanto, logo apresenta suas incoerências, pois a compreensão é em si inapreensível, e a pretensão de compreender os doentes não passa de miragem. Para Lacan, tudo que é da ordem do humano é cercado de paradoxos tão profundos que se torna inviável conduzir o campo da experiência à objetividade que pretendeu a psiquiatria ou a psicologia. O mal-entendido encerra a impossibilidade de que a comunicação seja inserida em

uma lógica formal capaz de restaurar relações de causalidade. Rompendo, assim, com a tentativa de compreender o doente ou a etiologia de seu adoecimento, o ensino lacaniano pretendeu admitir o dizer do delírio em sua particular rede de significações e disso extrair uma escuta clínica.

O inconsciente, no sentido de Freud, tal como Lacan o retoma e o demonstra, é feito, é entremado de mal-entendidos que se depositaram, se inscreveram, no sujeito e singularmente determinam o que pode ser chamado seu destino a partir da psicanálise, e por ela remontar ao que de imediato é compreendido obliquamente, e colocar o sujeito em seus trilhos. (Miller, 1997, p. 19)

O mal-entendido sustenta a comunicação por estrutura, é inerente a ela, e somente a comunicação analítica, por seu dispositivo, pode superar. Esse esquema da comunicação analítica rompe com a lógica formal do discurso, instaurando uma comunicação entre inconscientes que só o método da associação livre pode permitir, capaz de ultrapassar as relações imaginárias e, portanto, diferenciar-se das demais áreas *psi* na abordagem da psicose.

A proposta lacaniana consistiu em pensar o problema da psicose por meio da articulação dos registros simbólico, real e imaginário, sendo este último o campo a partir do qual o autor privilegia a abordagem, “tanto na perspectiva da função imaginária do delírio, como no papel do eu do imaginário na construção da realidade” (Faria, 2019, p. 14). No entanto, restrita à dimensão imaginária, ou seja, ao narcisismo e às identificações decorrentes, a psicanálise jamais poderia resolver o impasse que Freud anteviu e a psicose permaneceria inacessível à análise. Lacan (1955-1956/1985) pensa as relações dos três registros na experiência humana e parte de uma releitura das “Memórias” do presidente Schreber para proceder na proposição de um tratamento possível.

O texto de Schreber foi escrito no auge da estabilização, onde seu delírio já havia sido formulado: a obra é a formalização desse delírio, que se estabilizou em um sistema que liga o

eu do sujeito a um outro imaginário, a esse Deus que não compreende, que não responde e que engana o sujeito, havendo uma exclusão do Outro, com A maiúsculo (Lacan, 1955-1956/1985). A paranoia contém um ciclo que comporta a exclusão do Outro e que se fecha no outro com minúscula, imaginário, que fala, no qual ressoa a própria mensagem do sujeito.

Essa distinção entre o outro minúsculo, sozinho e único da relação imaginária, e o Outro com A maiúsculo se fez fundamental para Lacan: “além do outro com *a* minúsculo do imaginário, devemos admitir a existência de um Outro” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 170). A noção de Outro representou a definitiva derrocada da ilusão de totalidade ou de unidade do eu na qual a psicanálise pós-freudiana se arriscou. É “o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1964/2008, p. 200), inscreve a absoluta alteridade, a partir do qual o sujeito se estrutura. Da “outra cena” designada por Freud, Lacan enlaça sua noção de Outro, esse Outro do sujeito, esse Alhures “presente para todos e vedado para cada um” (Lacan, 1957-1958/1998, p. 554). Esta diferenciação é fundamental para o prosseguimento na abordagem lacaniana da psicose, pois é a única maneira de adentrar no campo de seus mecanismos e fenômenos, que não se limitam ao registro imaginário, âmbito do narcisismo, que fornece apenas uma descrição fenomenológica.

Em sua leitura das Memórias, Freud (1911/2010) havia percebido a recorrência de certos signos e supôs que o conteúdo do delírio não é produzido de maneira eventual (acidental), mas contido em uma lógica, e disso retirou os princípios gerais da constituição da paranoia. De acordo com Lacan (1955-1956/1985), seu mérito foi o de decifrar a linguagem do inconsciente. Por mais esclarecedor que tenha sido em indicar a via do enigma, no entanto, o empreendimento freudiano sobre a obra não foi plenamente satisfatório. As fórmulas da paranoia, representadas pela frase “Eu o amo” e suas inversões (Freud, 1911/2010), careciam da indicação de uma importante particularidade desta estrutura: no fenômeno persecutório, há uma dissolução do outro enquanto identidade. Ele é reduzido, neutralizado, esvaziado de subjetividade, tornando-

se meramente um objeto que serve como suporte aos signos indefinidamente repetidos que se apresentam ao sujeito, que se vê diante de uma intensa invasão imaginária da subjetividade.

Esse estilo, sua grande força de afirmação, característica do discurso delirante, não pode deixar de nos impressionar por sua convergência com a noção de que a identidade imaginária do outro está profundamente em relação com a possibilidade de uma fragmentação, de um espedaçamento. Que o outro seja estruturalmente desdobrável, reduzível, aí está manifesto claramente no seu delírio. (Lacan, 1955-1956/1985, p. 116)

A obra de Schreber faz circulações pela ordem simbólica, somente “pela porta de entrada do simbólico é que se consegue penetrá-lo” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 20), pois é pelo uso de elementos do discurso comum que ele se exprime. O psicótico dispõe da língua, mas tem obstruído o acesso ao simbólico, este que supõe “o efeito de esvaziamento no real do ser vivo, que produz a promoção de um significante” (Soler, 2007, p. 119). É o furo do simbólico que seu texto evidencia, o rompimento com o pacto da linguagem, que indica as convenções norteadoras da língua, em sua tarefa de tentar produzir ordenação, nomeação e sistematização do mundo e da natureza. Há no delírio uma ruptura que se manifesta na economia do discurso, na relação entre significações, na relação do discurso com o ordenamento comum, resultado da impossibilidade de mediação simbólica, conforme trataremos a seguir.

### ***Linguagem na Psicose: O Outro***

A psicanálise, por sua estrutura e seu móbil, evoca os fenômenos de linguagem à sua clínica. Sua abordagem é fundada em uma concepção da comunicação e da linguagem que rompe com a lógica formal do discurso, que admite, sob seus parâmetros, a comunicação que se dá entre inconscientes, que só as condições de análise podem compreender, por meio do método da associação livre. Uma associação, de fato, não tão livre, já que, conforme apontou Soler (2018), ela só tem sua efetividade resguardada porque gira em círculos, o círculo da fantasia, no qual estão enodados a articulação simbólica, o cenário imaginário e o real do gozo.

Pela consideração dessa comunicação muito específica, calcada na noção do mal-entendido que a sustenta por estrutura, a psicanálise, pela forma como foi levada adiante por Lacan, possibilitou apreender algo que se passa no limite do simbólico, emaranhado na alienação da ordem imaginária e ressurgido no real; a consideração, portanto, dos três registros e o modo como ocorrem ou não seus enodamentos foi a única via que acreditou possível para abordar a psicose.

Freud (1911/2010) sinalizou a noção de defesa estando na origem da paranoia. A defesa incita o eu, que media a relação com a realidade, a transformá-la. Representando o mundo exterior, o eu faz surgir algum sinal de prevenção, sob a forma de alienação, e que conduz à modificação da realidade (Lacan, 1955-56/1985). Na relação entre o eu e o eu ideal, o gêmeo que sempre o acompanha, o primeiro dá um discurso da realidade, comportando como correlato um contraponto delirante, um discurso que nada tem a ver com a realidade. O eu ideal é originado do narcisismo primário, é um outro imaginário, outro-reflexo, que oferece a imagem. O eu, em relação com o caráter fantasmático do objeto, tem o encargo da prova de realidade, ou seja, é ele quem atesta a realidade para o sujeito. A relação entre o eu e o eu ideal não é de objetividade, mas de ilusão, é uma realidade narcísica.

Na psicose, é isso que fala, há uma proliferação imaginária na qual a realidade se apresenta de maneira tal que o que se impõe é uma certeza, “que é a de que aquilo de que se trata – da alucinação à interpretação – lhe concerne” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 91). Não é que o psicótico acredite nessa realidade narcísica, que se apresenta sob forma de alienação. O sujeito sabe que sua realidade não está assegurada, mas é de certeza que se trata. Mesmo quando reconhece que o que sente não é da ordem da realidade, isso não atinge sua certeza, que é radical e inabalável. Nas neuroses, ao contrário, não se leva a sério todas as realidades possíveis, a certeza é o que há de mais raro.

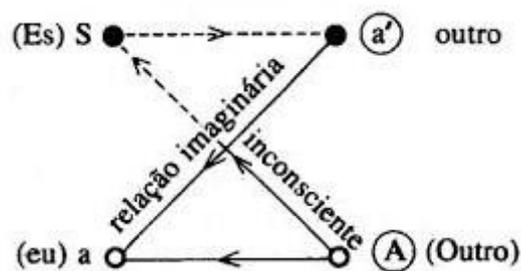
Em se tratando de imaginário, a alienação é constituinte; os mecanismos imaginários são marcantes na psicose, mas não a eles reduzidos, já que essa relação delinea a alienação psicótica, mas não contempla sua dinâmica. Lacan (1955-1956/1985) se depara com a necessidade de pensar um para além do outro-reflexo, devendo admitir a existência de um Outro, o correlato necessário da fala, um Outro para além do outro minúsculo, sozinho e único da relação imaginária; o Outro, enfim, da linguagem.

Para dar conta desta dimensão, o psicanalista inseriu o chamado esquema L (Lacan, 1955-1956/1985, Figura 1), para indicar que o estado do sujeito S (na neurose ou na psicose) depende do que se passa no Outro (A). O que se desenrola no Outro se articula como um discurso, pois o inconsciente é o discurso do Outro, que Freud demonstrou se manifestar nos sonhos, lapsos, chistes (Lacan, 1957-1958/1998). O sujeito está implicado nesse discurso, pois é dele parte integrante. Ele é

repuxado para os quatro cantos do esquema, ou seja, S, sua inefável e estúpida existência, a, seus objetos, a', seu eu, isto é, o que se reflete de sua forma em seus objetos, e A, lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência. (p. 555)

**Figura 1**

*Esquema L*



Fonte: Lacan, J. (1955-1956/1985, p. 22).

O Outro A é, portanto, a absoluta alteridade, um lugar a partir do qual a existência do sujeito é formulada. A questão no Outro se articula sob a forma de elementos do discurso

particular, em torno do qual os fenômenos se ordenam e atingem a fixidez de sintomas, decifráveis pela experiência analítica (Lacan, 1957-1958/1998).

Esquema da palavra e da linguagem, o esquema L implica as discontinuidades constitutivas desta última, e por meio dele Lacan demonstrou a “interrupção da palavra plena entre o sujeito e o Outro e seu desvio pelos dois eu,  $a$  e  $a'$ , e suas relações imaginárias” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 23). O esquema apresenta quatro elementos, os quais serão abordados por meio de um corte vertical que Eidelsztein (2019) sugeriu efetuar: no lado esquerdo, tem-se o sujeito, no qual se diferenciam o sujeito do inconsciente (S) e o eu ( $a$ ). O lado direito, por sua vez, é o lado do outro: o outro-semelhante ( $a'$ ) e o grande Outro (A), alteridade radical. Entre S e A, sujeito e Outro, respectivamente, tem-se o eixo simbólico, atravessado pela relação imaginária que impossibilita a realização da fala fundamental que a análise deve revelar. Os polos imaginários,  $a$  e  $a'$ , exprimem a relação especular, do estádio do espelho. O real, por sua vez, não é representado porque é aquilo que não fala, pois retorna sempre ao mesmo lugar, não havendo alteridade alguma, já que esta designa o outro, simbólico (Eidelsztein, 2019).

O plano imaginário, mundo simétrico dos egos e dos outros homogêneos, representa uma falsa realidade forjada pelo estádio do espelho. No eixo  $a-a'$ , a linguagem adquire uma função imaginária, e a ele se opõe o eixo simbólico, o plano do muro da linguagem. De acordo com Eidelsztein (2019), o esquema pode assim representar tanto a função objetivante da linguagem, do lado do imaginário, como a função de reconhecimento subjetivante da palavra implicada no vetor  $AS$ , já que o Outro (A) é aquele diante do qual se faz reconhecer, na medida em que ele é de antemão reconhecido como Outro absoluto.

Articula-se no esquema o fato de  $a$ , o eu, e  $a'$ , o outro-reflexo, serem intercambiáveis, ou seja, é indiferente que os troquemos de lugar. O eu reflete sua forma em seus objetos, e sua relação com estes é da ordem do imaginário, por meio de identificações decorrentes do narcisismo. Isto sugere a alienação na qual o sujeito se encontra em relação ao seu eu e seus

semelhantes, na utilização de seu eu como instrumento para se dizer; o sujeito, afinal, “*se fala com o seu eu*” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 23). O eu do sujeito é quem fala a um outro e do sujeito, sujeito S, em terceira pessoa.

O sujeito, na corporeidade e na multiplicidade de seu organismo, em seu espedaçamento natural, que está em  $a'$ , se refere a essa unidade imaginária que é o eu,  $a$ , onde ele se conhece e se desconhece, e que é aquilo de que ele fala – ele não sabe a quem, já que não sabe tampouco quem nele fala. (Lacan, 1955-1956/1985, pp. 185-186)

O analista está, ou deve estar, em algum lugar de A, devendo suspender as certezas do sujeito de modo a reduzir suas miragens. Se ele se alia à resistência, o que Lacan consistentemente desencoraja durante esse período de seu ensino, “então ele fala a partir de  $a'$ , e é no sujeito que ele se verá” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 186). Isto porque, em seu discurso, que consiste em um trabalho de se reconstruir para um outro, o sujeito acaba reconhecendo “que nunca foi senão um ser de sua obra no imaginário, e que essa obra desengana nele qualquer certeza” (Lacan, 1953/1998, p. 251). Ele reencontra sua alienação fundamental, e uma intervenção restrita ao plano imaginário acaba por redundar em uma renovação da alienação.

No sujeito neurótico há uma relação ambígua com o eu, uma assunção revogável do eu, que suscita questões e certezas abaláveis. Os fenômenos elementares da psicose mostram algo inteiramente diverso, em que o sujeito está identificado com o seu eu, “o eu totalmente assumido através do modo instrumental” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 23). A alucinação o demonstra, o sujeito fala com o seu eu, e há uma espécie de terceiro que comenta sua atividade. A tentativa de situar as diversas formas de psicose quanto aos três registros do simbólico, do imaginário e do real, assim como as relações em jogo, permitiu a Lacan precisar a função do eu no tratamento, levando a psicanálise que se pretende apta à clínica da psicose a um patamar totalmente inédito.

### ***A Realidade***

Irredutivelmente estruturada como significante, a realidade humana comporta nossa relação com o mundo e se inscreve por um sistema de referenciação da experiência na qual a linguagem é central. A realidade é “sustentada, tramada, constituída por uma trança de significantes” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 283), e implica a integração do sujeito em um certo jogo de significantes. Na psicose, é isso que vem faltar na relação do sujeito com a realidade, ocorrendo uma dilaceração, uma ruptura com a realidade exterior, que é substituída pelo mundo fantástico.

A existência do símbolo é prévia à do sujeito. A estrutura da linguagem preexiste à entrada do sujeito, que vem a se acomodar a um mundo já delimitado pela linguagem. É uma operação de simultânea violência e apaziguamento, pois pressupõe um corte e, também, uma imediação ao real. Lacan (1955-1956/1985) supôs a aparição primitiva do significante, ou seja, uma etapa primitiva em que surgem no mundo os significantes (que já são da ordem simbólica) como tais, antes mesmo que a criança aprenda a articular a linguagem. Já que há esse surgimento primitivo, “é preciso já ter o material significante para significar seja o que for” (p. 180). O significante é, portanto, dado primitivamente, mas só adquire seu valor quando o sujeito o faz entrar em sua história.

A neurose requer um sacrifício de uma parcela de realidade psíquica (de id), resultado de uma medida de privação, uma exigência de renúncia pulsional, que pressupõe a não satisfação das pulsões, em ordem da imposição da civilização de “regulamentação dos vínculos dos homens entre si” (Freud, 1930/2010, p. 49). Dessa operação, resta aquilo que retorna de uma forma simbólica, sob a forma de um sintoma, um compromisso. É uma realidade elidida em um momento que retorna com uma nova significação, um sentido cifrado. Pela via do simbólico tudo isso se realiza – o próprio recalque (*Verdrängung*) é uma simbolização. Aquilo de que se trata é da ordem de um saber.

A ordem simbólica está inteiramente imbricada na Lei, essa Lei fundamental que está ali desde o princípio e por meio da qual a sexualidade humana deve se realizar. É a Lei da simbolização, à qual o Édipo se refere, e que é decisiva para a constituição como sujeito falante. A submissão à Lei atesta a admissão de ser castrado, de se submeter ao corte ou à renúncia pulsional necessária à civilização. É operada por três registros (Lacan, 1955-1956/1985): em primeiro lugar, a *Verdichtung*, a lei do mal-entendido, intrínseco à comunicação, que é sempre atravessada pelo equívoco, pelo engano, pela ambiguidade ou incerteza. Há algo que se produz sempre à revelia do falante, cuja condição é de inteira submissão ao significante, sendo o mal-entendido “o próprio fundamento do discurso inter-humano” (p. 188). Em segundo, a *Verdrängung* ou recalque, que efetua o corte e a exclusão dos elementos da cadeia simbólica para que a Lei possa ser tolerada. Por último, a *Verneinung* primitiva, da qual a *Verneinung* em sua forma clínica, como furo da enunciação, através da qual o recalque tem acesso à consciência sob a forma negativada, é derivada. A *Verneinung* procede de uma admissão primeira, no sentido do simbólico, de um significante primeiro, e indica que algo foi simbolizado.

A simbolização se refere à Lei, e a experiência humana é realizada por meio e através dela. A Lei fundamental, portanto, é uma Lei de simbolização, que o Édipo vem instaurar, é decisiva para a condição de ser falante (Lacan, 1955-1956/1985). Na psicose, nenhum dos três registros acima discriminados parece operar, pois o sujeito lida com certeza. Em sua constituição, não é efetuado o corte do recalque, havendo, ao contrário, a exclusão de um corpo de significante, no interior do qual a realidade é constituída, estruturada em termos significantes. Há uma operação inteiramente distinta, *Verwerfung* ou foraclusão, onde algo é expulso, impossível de ser integrado na ordem simbólica, o que indica que algo não foi simbolizado. Envolto numa fala que não se faz reconhecer, o sujeito articula um discurso em que “é mais falado do que fala” (Lacan, 1953/1998, p. 281). Ao contrário do neurótico, que habita a linguagem, o psicótico é habitado por ela.

A ordem simbólica exerce função de impedimento ao gozo absoluto. No conflito edípico, uma relação em si imaginária, é necessária a intervenção de um terceiro que, servindo como “inter-ditor” (o que alude ao mal-entendido no dizer, ao corte no dito), opere como lei, intervenção da palavra: o pai: “A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 114). Nas neuroses, fica-se na ordem simbólica, com esta duplicidade do significante e do significado que é o que o compromisso neurótico expressa. O delírio, por outro lado, passa-se em um registro inteiramente diverso. O recalque reaparece cifrado e *in loco*, no meio dos símbolos; os fenômenos psicóticos, por sua vez, reaparecem no imaginário e sem máscaras. A psicose não pode ser compreendida pela via da fantasia (como a fome, na neurose, pode ser satisfeita por um sonho de satisfação da fome).

Destacando a proliferação imaginária, típica de uma relação com o mundo em espelho e que se opõe à mediação simbólica das neuroses, Lacan (1955-1956/1985) traçou um percurso consistente para chamar atenção a um mecanismo inteiramente distinto da *Verneinung* primordial e que sinaliza que algo não foi simbolizado.

### ***Verwerfung: A Foraclusão do Significante Paterno***

Lacan (1954/1998) apropriou-se de um termo freudiano utilizado no relato do Homem dos Lobos, *Verwerfung*, que indicava que estava em jogo um *nada querer saber no sentido do recalque*: a castração, é como se nunca houvesse existido. A *Verwerfung* assinala uma defesa contra a castração, uma recusa à Lei simbólica, que se mostra intolerável, uma vez que esta comporta um sacrifício ou uma renúncia que é tida como impossível no plano das significações. O termo, traduzido por foraclusão, designa uma negação constitutiva que faz a distinção de um lugar, o fora, que é exterior (real) e distinto daquele onde o recalcado retorna (Rabinovitch, 2001).

A elevação do termo à conceito fundante deu à psicose precisões estruturais. Dessa forma, Lacan define uma posição subjetiva que deve ser explicada em torno da ausência da *Bejahung*, processo primário de atribuição de juízo, uma admissão primordial relacionada ao princípio da realidade, “e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha se oferecer à revelação do ser” (Lacan, 1954/1998, p. 389). *Bejahung* indica uma simbolização primária, que pode se realizar ou não, e que proporciona o significante primeiro, Nome-do-Pai. O acidente da forclusão desse significante é o que dá à psicose sua matriz de estrutura, onde transcorre uma “originária decisão do sujeito de vedar a si a *Bejahung* (julgamento de atribuição), sendo, pois, levado à psicose (não à neurose)” (Beividas, 2009, p. 140).

A *Verwerfung* assinala, portanto, a ausência de uma admissão (*Bejahung*) no sentido do simbólico, operação imaginária central na constituição, que consiste na inscrição do primeiro corpo de significante, instaurando assim o lugar do Outro. Trata-se da operação de recusa preliminar, específica da psicose, de um significante primordial, que possibilita as significações diversas, e que faltará desde então. Na introdução primeira aos significantes fundamentais, algo falta, há uma exclusão de um significante, no interior da qual a realidade é constituída, designando uma não-integração na ordem simbólica, tendo, em outras palavras, o efeito de uma abolição simbólica irreparável. A recusa do Nome-do-Pai, um acidente na subjetividade, instaura uma falta ao nível do significante e dela decorre todas as manifestações delirantes de seu estilo. Em outros termos, a falha na inscrição do Outro da linguagem tem consequências, afinal, no funcionamento da linguagem.

A articulação da teoria em torno da *Verwerfung* foi a única maneira que Lacan defendeu como possível para estabelecer uma coerência ao que se passa na psicose. Ele anteviu que, previamente a qualquer simbolização, havia na psicose uma etapa em que a simbolização não se faz. Pela restrição do acesso à castração no mundo simbólico, o resultado é uma circulação

pelo infinito do real (Rabinovitch, 2001). Com esse acesso rejeitado, o que não foi simbolizado retorna no real (Lacan, 1955-1956/1985), a exemplo do fenômeno da alucinação, ressurgimento no real daquilo que não está integrado no sujeito. Com o que resta dessa operação, o sujeito compõe um mundo.

Se há projeção em jogo na psicose, como Freud havia suposto (1896/2016, 1911/2010), não é em nada semelhante à projeção nas neuroses, mas, ao contrário, o mecanismo “que faz voltar de fora o que está preso na *Verwerfung*, ou seja, o que foi posto de fora da simbolização geral que estrutura o sujeito” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 58). O recalque pressupõe a existência de seu inverso, o retorno do recalcado, e sob sua ação, os fenômenos e manifestações neuróticas se exprimem numa articulação simbólica. A ação da *Verwerfung* tem efeitos totalmente distintos; em síntese, diríamos que aquilo que ficou de fora da ordem simbólica ressurgem no real.

### ***Sobre o significante***

A noção de signo da qual Lacan se utiliza foi tomada de empréstimo de Ferdinand de Saussure, sobre a qual produziu modificações estruturais que culminaram em uma subversão da linguística saussuriana. Para Saussure (1916/2006), “o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces” (p. 80), a saber, o significado e o significante, ou o conceito e a imagem acústica, respectivamente. Lacan efetuou uma subversão do algoritmo saussuriano, na qual o S do significante é anotado em maiúsculo em lugar do *s* em minúscula itálica de Saussure, demarcando uma diferenciação hierárquica: a teoria do signo se torna uma teoria do significante, uma teoria do sujeito e de como se constitui na relação com o Outro da linguagem (Arrivé, 2001). O sujeito do inconsciente é efeito significante, um efeito da linguagem. Ele está sob os significantes e se dirige ao Outro com maiúscula – o inconsciente.

Com Lacan, a relação entre os elementos do signo – significante e significado –, se modifica. A elipse que os englobava desapareceu, desfazendo a unidade linguística, assim como

as flechas de sentidos opostos que figuram a relação recíproca entre os termos. Elidir esses dois elementos se dá em função do deslizamento do significante sobre o significado, pois se os dois estão aprisionados juntos em um domínio fechado, o significante não pode deslizar. Além disso, a barra entre os elementos que em Saussure é marca de união, em Lacan torna-se barreira resistente à significação. Lacan demarcou, dessa maneira, a primazia do significante em relação ao significado, sua autonomia e leis que lhe são próprias,<sup>5</sup> demonstrando haver algo de que o significado não dá conta, afinal, a realidade total está além dos domínios da linguagem.

O sistema de linguagem abrange a totalidade das significações (Lacan, 1955-1956/1985), mas não esgota as possibilidades do significante. Isolado, não significa nada. Tornando mais grossa a barreira que o separa do significado, Lacan marcou a raridade com que o falante atinge o sentido (Longo, 2006), e somente na articulação da cadeia de significantes o significante pode passar ao universo das significações, desde que haja um sujeito operando a cadeia. O significado está em nosso discurso, à disposição para usos de todos os dias, mas “quando queremos fazer um pouco melhor, chegar à verdade, que ficamos em plena desordem” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 179). A realidade do discurso comporta “esse sentimento de discordância de nunca estar inteiramente no que queremos dizer” (p. 178-9). Eis a condição paradoxal da estrutura da linguagem, que pode indefinidamente se estender, de modo que a língua seja completa para significar tudo o que um falante de uma língua queira comunicar, mas contenha em sua estrutura a falta que indica que não se pode dizer tudo (Eidelsztein, 2012). A questão da estrutura da linguagem aqui esboçada será retomada no Capítulo 2.

Na psicose, o significante está em causa (Lacan, 1955-1956/1985). A concatenação dos significantes é o que determina os efeitos de significação, para formar algo de coerente. O significante nunca é solitário, e a falta de um implica numa questão com todo o conjunto do

---

<sup>5</sup> Embora seja difícil de isolar essas leis, pois o falante sempre coloca o significante em relação com algumas significações (Lacan, 1955-1956/1985).

significante, cujo efeito é uma tentativa de restituição, de compensação. Lacan supôs que, para que haja acesso suficiente à realidade, é preciso que o Édipo tenha sido vivido. O complexo de Édipo tem estrutura simbólica, implica a conquista da relação simbólica, por meio da qual se dá o acesso à realidade, onde o ser humano pode nela se reconhecer. Na psicose, algo não funcionou, não se completou no Édipo, e o registro do pai está em falta. Se a realidade supõe uma trama, umas nervuras dos significantes, trata-se de pensar o que se passa quando a questão para o sujeito vem da falta que se faz sentir como tal:

Essa verdadeira despossessão primitiva do significante, será preciso que o sujeito carregue o seu peso e assuma a sua compensação, longamente, na vida, por uma série de identificações puramente conformistas a personagens que lhe darão o sentimento do que é preciso fazer para ser um homem. (Lacan, 1955-1956/1985, p. 233).

A psicose tem uma maneira própria de se relacionar com o significante e, por conseguinte, com o sistema de linguagem como um todo. Significante e significado estão indissociados – ou, como anteviu Freud (1915/2010), há identidade entre a palavra e a coisa. Ocorre uma desarticulação da cadeia, própria da maneira de lidar com a linguagem, uma falência da função do significante de deambular o sentido. Materializado, o significante significa. Não há articulação com outros significantes na cadeia, o que resulta em uma dificuldade na simbolização e a emergência desses significantes no real. Significando tudo, a palavra não tem a mediação do símbolo como na neurose, e coincide com a coisa. Perde-se assim o sem-sentido: impregnado de sentido, o sujeito tenta dizer do real, do impossível.

A fórmula “o que foi rejeitado no simbólico reaparece no real” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 57), extraída do pensamento freudiano, indica que existir no simbólico e existir no real são coisas distintas. O psicótico dispõe da língua, não está alheio à sua imponência, mas não a fala, é falado por ela; o acesso ao simbólico fica obstruído, este que supõe, para além da aprendizagem da língua, o efeito de esvaziamento no real do ser vivo, o que produz a promoção

de um significante (Soler, 2007). Nas palavras de Lacan (1953/1998): “A ausência da fala manifesta-se nela [a loucura] pelas estereotípias de um discurso em que o sujeito, pode-se dizer, é mais falado do que fala” (p. 281).

### **1.3. Os Psicóticos Amam o Delírio Como a Si Mesmos**

Em todos os casos a *ideia delirante* é mantida com a mesma energia com que o Eu se defende de alguma outra ideia penosamente insuportável. Portanto, eles amam o *delírio como a si mesmos*. Eis o segredo. (Freud, 1895/2016, p 20)

A psicanálise nunca pretendeu relegar a psicose ao plano das anomalias que a nosografia psiquiátrica estabeleceu em seus manuais. Freud (1911/2010) asseverou que as formações delirantes, por mais que estejam afastadas do pensamento humano habitual, conservam interesse do psicanalista por sua origem nos impulsos da vida psíquica, que deve buscar se aprofundar na história de seu desenvolvimento. Consagrando-o como tentativa de cura, o delírio é um trabalho de reconstrução do mundo: “E o paranoico o reconstrói, não mais esplêndido, é certo, mas ao menos de forma a nele poder viver” (p. 94). O delírio é, portanto, um trabalho. Desnuda as relações com o erotismo, e torna admissível acolher a fantasia que, de outro modo, seria rejeitada e mascarada, servindo como um remendo colocado na fissura entre o eu e o mundo exterior (Freud, 1924/2011). Diferente de conceber o delírio como uma manifestação a ser combatida, Freud o viu como a saída, a solução para a angústia de castração. Lacan (1957-1958/1998) não se distanciou muito desse pensamento:

o estado terminal da psicose não representa o caos petrificado a que levam as consequências de um sismo, porém, muito antes, essa evidenciação de linhas de eficiência que faz falar, quando se trata de um problema de solução elegante. (p. 578)

Considerado como tentativa de reconstrução do mundo, o delírio tem uma função na economia subjetiva do sujeito, não devendo ser cessado a todo custo, como quer a psiquiatria tradicional. Apresenta-se como a possibilidade de uma composição, um texto que se constrói

em um momento posterior – uma posteridade lógica, deve-se ressaltar – ao do surgimento das turbulentas alucinações, onde o mundo está tomado por significação. No movimento do delírio, o crepúsculo do mundo, de intensa confusão alucinatória, é sua fase constitutiva (Lacan, 1955-1956/1985).

Na loucura, tem-se, por um lado, uma fala que renunciou a se fazer reconhecer, o que configura o obstáculo à transferência apontado por Freud, e, por outro, a constituição do delírio que “objetiva o sujeito em uma linguagem sem dialética” (Lacan, 1953/1998, p. 281). O sistema delirante é uma composição que varia, que integra elementos da realidade à narrativa fantasmática, fazendo reinterpretações do mundo que se adaptem às novas percepções. O que o sujeito comunica, afinal, é que seu mundo está cercado de significação, que ela se impõe, e que no mundo externo não há correspondência para o que vivencia como realidade.

O delírio se apresenta como uma verdade explicitada, oposta à ocultação neurótica decorrente de um compromisso simbolizante. Em outras palavras, o texto do delírio explicita e quase teoriza uma verdade que, nas neuroses, só aparece sob uma máscara (Lacan, 1955-1956/1985). Em sua dialética, tem-se um Outro, cheio de gozo, não-castrado, que não é conhecido e no interior do qual não pode haver alteridade alguma, e um oponente outro, com a minúsculo, que é o eu, fonte de todo conhecimento. Por meio das relações imaginárias nas quais ele se vê enredado, o sujeito fala com seu eu, havendo uma espécie de terceiro que testemunha. Essa abundância imaginária suporta um certo modo da linguagem e da palavra falada.

O rompimento com a ordem simbólica, que desde o princípio não pôde ser integrada, coloca em movimento uma desagregação em cadeia, que se apresenta ao nível de uma discordância com a linguagem comum e com uma significação que, não podendo remeter sempre a outra, permanece irreduzível. A estrutura da formação delirante contém uma inflexível certeza, a certeza delirante, e o neologismo, que cria uma *fórmula* que se repete com insistência, uma interrupção na rede do discurso (Lacan, 1955-1956/1985). A linguagem do delirante

carrega consigo essa desavença com o ordenamento comum, de caráter neológico. Na cadeia de significantes, a significação remete sempre à outra, e isso se dá por seu efeito de metáfora e de metonímia. A significação do delírio, no entanto, não remete a mais nada, está paralisada. Trata-se de uma cadeia rompida.

A Lei fundamental, instaurada pelo significante Nome-do-Pai, direciona a fala para um sentido, impondo uma ordem simbólica, ou seja, um Outro que ordena o mundo (Lacan, 1955-1956/1985). Mas a inserção nessa ordem é sempre incompleta, deixa um resto, ou um rastro. A Lei implica a sujeição às normas, a limitação pela gramática e regras da língua que reiteram ao sujeito que não se pode dizer tudo. A recusa ao pai como ordenador da fala – não o pai biológico ou o papel social e cultural do pai, mas o pai como significante que introduz uma barra e faz operar a metáfora –, que se manifesta como a recusa da ordem simbólica, tem como efeito uma desarticulação da cadeia de significantes, uma alteração na função do significante de poder representar o sujeito. Invadido por palavras, o psicótico destrói o discurso, sai do uso comum da fala e reconstrói um mundo próprio, onde pode, então, existir.

O que se produz na psicose em nada se assemelha ao compromisso simbolizante da neurose, ocorrendo, ao contrário, uma espécie de alastramento, transbordamento ao nível do imaginário. A *Verwerfung*, forclusão da função do significante enquanto tal, marca a impossibilidade estrutural de um retorno no simbólico. Da profusão alucinatória pode surgir a formulação de um delírio, desde que se tenham as condições para tal. A formulação do delírio sinaliza alguma estabilização, que pode inserir o sujeito, ao menos parcialmente, no pacto da linguagem. Sua articulação sinaliza um sistema de interpretação do mundo mais estável, que para a significação em excesso que povoa o mundo do sujeito.

O mundo havia começado a ganhar significação; elementos neutros da realidade assumiram um valor e são reinterpretados para formar essa composição que é o delírio. O excesso de significação marca a certeza delirante, mas o delírio não é um sistema hermético,

impenetrável. Elementos incongruentes podem ser descartados ou inseridos, e há flutuações de sentido desde sua formação, espaços em aberto, inconsistências reconhecidas pelo sujeito e que ficam sujeitas a integrações, exclusões e agregação de elementos da nova realidade para compor sua forma final.

A paralisação da significação é a característica estrutural é o que faz com que o delírio seja reconhecido. A linguagem do delirante é discordante do ordenamento comum, de caráter neológico. Não é que se trate de outra língua, mas de uma língua que rompe, na economia do discurso, com a relação entre as significações. A linguagem do psicótico é sem dialética, sua fala revela um mundo de certezas, onde tudo se refere ao sistema delirante (Lacan, 1953/1998). Ele é cercado de realidades possíveis, marcadas pela certeza de que a interpretação lhe concerne.

A psicanálise dá ao delírio do psicótico uma “sanção singular” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 153), legitima-o como um discurso do inconsciente, no plano que a experiência analítica habitualmente opera, embora não deixe de apresentar desafios particulares, uma vez que, por mais articulado que seja, esse discurso se revela “irredutível, não-manejável, não-curável” (p. 153). A posição do analista é inteiramente posta em questão nesta clínica, já que ele não ocupa o lugar de sujeito suposto saber, mas o de secretário do alienado. Voltaremos a esta questão no terceiro capítulo.

## Capítulo 2 – A Lei do Homem é a Lei da Linguagem

O ensino lacaniano enfatizou que a experiência analítica é uma experiência de linguagem. A psiquiatria desconfia da explicação do doente para pregar uma compreensão; em psicanálise, ao contrário, não é preciso recuar diante da palavra. O “imperativo do verbo” (Lacan, 1953/1998, p. 323) que a psicanálise revelou indica que vivemos sob seu domínio; o verbo estava no começo, e a ação de nosso espírito dá continuidade. A Lei em torno da qual o homem se constitui é fundada à sua imagem, e “Nenhum homem a desconhece, com efeito, já que a lei do homem é a lei da linguagem” (p. 273).

O presente capítulo enfatizará duas fórmulas aforísticas de Lacan, que indicam, por um lado, a função da fala, “aquilo que funda o homem em sua autenticidade” (Lacan, 1953/2003, p. 141), na clínica psicanalítica e, por outro, a questão da linguagem como intrincada na constituição subjetiva. São elas: (a) o inconsciente estruturado como linguagem; (b) o inconsciente é o discurso do Outro. O Outro designa um lugar que determina (de forma incompleta) o sujeito simbolicamente. É o lugar do tesouro dos significantes, que nomeia a estrutura significante, ordem incompleta. Dedicaremos, em seguida, uma seção à poesia, o poema e as expressões poéticas, assim como as relações com o funcionamento da linguagem, com ênfase na obra do poeta mexicano Octavio Paz, cujas considerações no livro *O arco e a lira* (Paz, 1956/1982) inspiraram as articulações aqui propostas.

### 2.1. O Inconsciente Estruturado como uma Linguagem

A invenção da psicanálise e a descoberta do inconsciente denotaram um grande rompimento com a tradição médica e científica do tempo de Freud. Pela passagem do olhar, típico instrumento da clínica médica, à escuta, efetuou-se uma mudança paradigmática, na qual a cura pela fala do dispositivo analítico privilegia a eficácia simbólica da palavra e tem na escuta do sujeito que sofre a direção do tratamento. “Nas aulas de medicina”, afirmou Freud (1916/2014), “os senhores se acostumaram a ver”, (p. 21). Em psicanálise, por outro lado, “não

ocorrem senão trocas de palavras entre o analisante e o médico” (p. 22). Esta nova clínica se afasta da nosografia psiquiátrica e é guiada pela ética de bem-dizer (o sintoma), uma modalidade de tratamento que implica o sujeito com seu dizer e o interpela ao reconhecimento de gozo que seu sintoma denuncia.

A medicina ocidental e moderna, de acordo com Eidelsztein (2010), influenciada pela tendência à biologização e à degradação do valor da palavra, banuiu a palavra dos pacientes, e o psicanalista vem a ocupar um lugar deixado vazio, a partir de uma escuta regida pelas leis admitidas como operantes na clínica psicanalítica. Estruturada em parâmetros como a redução aos fenômenos observáveis e a neutralização do doente, a clínica psiquiátrica parte de uma cisão entre a doença e o doente, onde este é o mero depositário, por acidente, da primeira. Segundo Dunker (2011), a medicina – aliada aos sistemas políticos modernos e guiada pelos princípios do biopoder de regulação dos corpos e controle de populações – subtrai do processo de cura o saber que o sujeito tem sobre sua doença, um saber considerado fonte de imprecisão e dispersão. O sujeito, reduzido à função de informante que descreve ou à de testemunho neutro, nada deve saber sobre seu mal-estar.

Em sua tentativa de empreender uma semiologia da loucura, tipificando as doenças mentais, a clínica psiquiátrica se depara com o inconveniente de que os fenômenos da loucura são expressos não somente no corpo ou nos déficits de função, “mas essencialmente dependentes do uso intersubjetivo da linguagem” (Dunker, 2011, p. 425). Composto por palavras, o delírio é uma realidade linguística, um fato de linguagem, e se situa no universo aberto das significações. Invisível, não é um fenômeno acessível ao olhar.

O tratamento analítico vai na contramão da tradição médica, que tem sua prática orientada pelos fármacos a partir de diagnósticos impessoais, levando o sujeito ao esquecimento de sua condição – dividido e faltante. Opondo-se a qualquer discurso que venha a suprimir o sujeito, a clínica da psicanálise envolve a escuta de uma fala que revela sua verdade, uma escuta

de um Outro saber, a partir de uma fala sem censura: a fala descontinuada da associação livre. Se a medicina clama pelo silêncio dos órgãos, a psicanálise, por sua vez, procura por um ruído, pelo deslize discursivo que venha a “des-velar” a verdade do inconsciente, uma revelação na qual analista e analisando são mutuamente surpreendidos.

A clínica psicanalítica faz, portanto, um deslocamento que a distingue da clínica médica, da qual se originou. É uma subversão que preserva sua estrutura original, na qual a desistência em seguir pela semiologia e pelas hipóteses etiológicas da psiquiatria possibilitou instituir uma terapêutica. Freud converteu um método de investigação semiológica de Jean-Martin Charcot em um método de tratamento: a cura pela fala. Realizando um descentramento radical do olhar, clássico da clínica médica, o método freudiano inaugura um novo projeto clínico com a passagem do olhar à escuta, uma escuta “metódica, atenta ao detalhe, à pequena incongruência, ao deslize, à repetição ou à ruptura da fala. Flutuante e aberta a interrupções, insistências e silêncios do discurso” (Dunker, 2011, p. 439). Não há semiologia fixa em psicanálise, ou seja, signos estáveis com ligação direta à etiologia dos sintomas. Em suma,

Abandonando o sistema baseado na semântica orgânica, que prescrevia a estabilidade do signo em relação a seu referente, Freud se interessará pelo caráter singular e instável da ligação entre o significante e o significado e pelo aspecto multifacetado e temporal da produção da significação. (Dunker, 2011, p. 441)

A passagem do olhar à escuta tem como principal expressão o divã, cujo uso indica que a clínica psicanalítica é montada na escuta regida pelas leis do inconsciente. O divã marca uma posição em que a atenção do analista e do analisante estejam centradas no dizer, uma vez que o primeiro opera com a estrutura do significante e do corpo, e por isso requer o divã, o lugar onde se aloja o corpo e seu sofrimento (Eidelsztein, 2012). A prática analítica é fundada entre o dizer e sua relação com o gozo do corpo.

### ***Estruturas clínicas***

De acordo com Eidelsztein (2012), o termo “clínica” na expressão “estrutura clínica” indica toda a temática vinculada ao corpo, às pulsões e ao gozo; a clínica psicanalítica envolve um divã onde o corpo se deita e o inconsciente comparece no dizer sobre o sofrimento e mal-estar. Temos aí uma articulação entre a estrutura do significante com o corpo e seu sofrimento. O uso do termo estrutura é clínico, portanto, e implica o corpo e a relação que com ele mantém o sujeito. Freud havia identificado que faltava à formação médica a ação terapêutica. O sofrimento carecia de uma nova figura social, a do psicanalista, que é levado à função que o médico deixou de cumprir: a de ser o receptor das demandas de sofrimento e dor. O médico moderno, ao se tornar científico, ou seja, ao exercer uma prática sobre o real, ao sustentar sua prática cada vez mais em diagnósticos feitos por dispositivos impessoais pela tecnologia e ser cada vez mais distribuidor de fármacos, deixa de ser o sujeito receptor ou destinatário das queixas pelo padecer de outro sujeito.

“Estrutura é a da linguagem”, afirmou Eidelsztein (2010). A noção de estrutura é fundamental para o pensamento de Lacan. Em seu terceiro Seminário (Lacan, 1955-1956/1985), a noção de estruturada é apresentada nos seguintes termos: “A estrutura é em primeiro lugar um grupo de elementos formando um conjunto covariante” (p. 210). Alguns elementos podem ser apreendidos desta fórmula, e neste ponto seguiremos Eidelsztein (2012) em seus desdobramentos da questão: trataremos brevemente das noções de conjunto, de covariação e de significante.

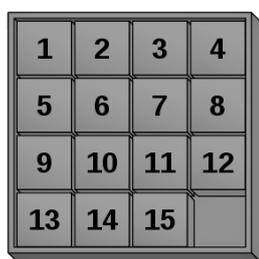
Em primeiro lugar, o termo conjunto é retirada da matemática e designa uma coleção de elementos. Lacan (1955-1956/1985) frisou, trata-se de um conjunto, de uma coleção, mas não de uma totalidade. Isso significa que a estrutura (da linguagem, não há outra) está pautada num todo não completo, tanto completo como incompleto. É um todo completo na medida em que “toda língua é completa para significar tudo o que um falante da mesma necessite ou queira comunicar” (Eidelsztein, 2012, p. 50, tradução nossa), ao passo que toda língua inclui em si

mesma a falta. É isso que Lacan indica com as noções de bateria de significante – pois toda bateria de elementos é completa – e de tesouro do significante – todo tesouro, por maior que seja, não pode ser todo tesouro do mundo.

Para clarificar a questão, tomamos como exemplo um jogo de quebra cabeça de quinze pastilhas, conhecido como Jogo do 15 (Figura 2), que consiste em quinze peças gravadas (com números, letras ou figuras), e um espaço vazio. O objetivo é colocar as peças em sequência – por exemplo, no quebra cabeça numérico, deve-se dispor as peças em ordem crescente de 1 a 15 –, movendo-as no interior do quadro maior na qual estão fixadas. O movimento das peças só é possível pois a décima sexta está ausente – assim, o espaço deixado em vazio no jogo é o que o possibilita. Dessa mesma forma, a estrutura da linguagem (e, por conseguinte, a estrutura do inconsciente) só pode se constituir enquanto tal se dispor de uma falta, se despojar de uma não-totalidade.<sup>6</sup> A noção de conjunto, portanto, é necessária por articular todo e não-todo. Sempre que se fala em ser falante, a noção de não-todo é essencial: trata-se “verdadeiramente de um não-todo, tanto no sentido de que não inclui a todos os sujeitos nem a todos os modos fixos que pode adquirir o padecer. Justamente, devido ao não-todo, sempre restará uma incompletude no saber da estrutura” (Eidelsztein, 2012, p. 51, tradução nossa).

**Figura 2**

*Jogo do 15*



---

<sup>6</sup> Além disso, a analogia parece apropriada porque, quando se trata dos significantes, trata-se verdadeiramente de um jogo: “O subjetivo aparece no real na medida que supõe que temos à nossa frente um sujeito capaz de se servir do significante, do jogo do significante” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 213).

Fonte: Adaptado de O jogo do 15. (2020, 27 de maio). Em Wikipédia.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_jogo\\_do\\_15](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_jogo_do_15).

Em segundo lugar, seguindo nos elementos da fórmula lacaniana de estrutura, temos a noção de covariação, que designa o fato de que cada um dos elementos não é o que aparenta ser, mas um lugar vazio no sistema de relações que mantém com todos os outros (Eidelsztein, 2012). O valor do elemento depende da covariância, já que não possui uma relação fixa com nenhum outro elemento do sistema ou por fora dele. Na covariância, os elementos carecem de identidade própria. Ao mudar um deles, mudam-se necessariamente todos os outros. A covariação implica que todos os elementos são diferenciais, puras diferenças que adquirem valor no sistema sincrônico de relações recíprocas (ao nível da língua), ou no diacrônico (a nível da cadeia significante). A ordem do significante, de acordo com o autor, é também um conjunto covariante: se um desaparece, muda todo o conjunto, como no caso da forclusão do Nome-do-Pai. O que se trata é da ordem da função do significante:

Na psicose, é o significante que está em causa, e como o significante não é nunca solitário, como ele sempre forma alguma coisa de coerente – é a significância mesma do significante – a falta de um significante leva necessariamente o sujeito a reconsiderar o conjunto do significante. (Lacan, 1955-1956/1985, p. 231)

Por fim, temos, dos elementos da fórmula lacaniana de estrutura, a noção de significante, já explorada no capítulo anterior, definido como “a manifestação material de uma série finita de fonemas, ou seja, dos elementos diferenciais últimos da linguagem” (Eidelsztein, 2012, p. 53, tradução nossa). Como a exaustão da combinação de tais elementos é possível, o significante tem propriedade infinita – nisto consiste a possibilidade do efeito poético e do mal-entendido, assim como a impossibilidade de evitá-los. Como tal, não significa nada; sua capacidade de significar depende do sistema de covariação, tanto se tratarmos dos significantes particulares do sujeito que se articulam na cadeia significante, quanto em termos da

consolidação social do significado, tal como consta em dicionário.<sup>7</sup> Sua estrutura não é observável, não é um fenômeno, mas opera na realidade do sujeito falante, tendo caráter decisivo na constituição da realidade.

Para sumarizar todo este caminho sinuoso, as estruturas clínicas se fundam sobre a estrutura do significante – um conglomerado de elementos que não constituem uma totalidade completa (não-todo), que guardam entre si relação de covariância e que opera em toda realidade humana (Eidelsztein, 2012). A noção de estrutura e a do significante são inseparáveis, e a psicanálise trabalha com a articulação da estrutura do significante e do corpo, ou, ainda, com uma “estrutura do sujeito que, como tal, não é inteira, mas dividida, deixando cair um resíduo irreduzível” (Lacan, 1966/2003, p. 222). O êxito da estrutura da linguagem humana, de acordo com Longo (2006), é justamente sua estrutura de rombo, “análoga à do sujeito que a criou” (p. 10). Há uma incompletude prévia, o mundo do homem é caracterizado por não ser completo.

### ***De volta à questão***

Pensar as questões humanas em termos de estrutura representa uma alternativa à noção de causalidade e funda uma clínica onde se privilegia a maneira como o sujeito se relaciona com a linguagem, ou seja, a maneira como ele fala de si a um outro, em transferência. Trata-se da hipótese de um inconsciente que é, “no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 139), o que incorre num sintoma, que, como todo fenômeno analítico, é estruturado como uma linguagem, “é transformável pelo trabalho da fala analítica” (Soler, 2018, p. 33), reduzível pelo trabalho discursivo da análise.

O ensino lacaniano enfatizou consistentemente a importância dos fenômenos de linguagem, sobretudo na economia da psicose (Lacan, 1955-1956/1985); tratar desta em

---

<sup>7</sup> É preciso considerar, ressalta o autor, que a consolidação de um significado, ainda que compartilhada por grande quantidade de falantes em determinado momento histórico, só pode ser ilusória, já que basta que um significante seja inserido em um novo contexto para qualquer definição se mostrar insuficiente (Eidelsztein, 2012).

psicanálise incorre, portanto, em um aprofundamento no campo da linguagem. Do infértil formalismo a que a psicanálise foi conduzida pelos sucessores de Freud, Lacan (1953/1998) propôs como alternativa o estudo das funções da fala como aquele ao qual o psicanalista deve se dedicar, mantendo em seu horizonte uma fidelidade à terminologia freudiana, com o intuito de elucidar os princípios das teses freudianas e tornar evidentes suas construções e sentido original. Trata-se de uma proposta de recondução da experiência psicanalítica à fala e à linguagem, não afastando, portanto, a interpretação de seu princípio, pois interpretar é um ato discursivo.

Parte da inovação freudiana é o de dar prevalência ao que Miller (2002) denominou “fenômenos negativos do sentido” (p. 35), ou seja, os fenômenos inapreensíveis pela linearidade do sentido, tais como os esquecimentos, os atos falhos, os lapsos, dentre outros. O domínio do sentido que rege a psicologia pouco interessa à psicanálise, uma vez que é estranho ao inconsciente. O significado é “o que há de mais sedutor” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 251), e é o que parece próprio da investigação simbólica da psicanálise, da forma como foi conduzida por Freud, por exemplo, em sua leitura do caso Schreber. Ceder à sua prevalência, no entanto, implicaria desconhecer o papel mediador primordial do significante, impossibilitando a apreensão dos fenômenos neuróticos – Freud o demonstra com a análise dos sonhos – e tornando os analistas absolutamente incapazes de adentrar na psicose.

A palavra opera sobre o sintoma: o método da livre associação afeta o real do sintoma. Assim, por meio de sua fala, o psicanalista interpreta o símbolo e, então, o sintoma, “que o inscreve como letras de sofrimento na carne do sujeito, se apaga” (Lacan, 1953/1998, p. 307). Foi esta a aposta freudiana quando abandonou o método catártico e se empenhou na associação livre como única e fundamental regra da análise. Embora tenha prolongado a empreitada de articular a psicanálise às ciências da natureza, “de fato, porém, sua metapsicologia nunca foi

mais do que uma análise da estrutura radical da linguagem, o que podemos chamar de uma lógica do significante” (Miller, 2002, p. 13).

O campo da psicanálise, portanto, coincide com o campo da linguagem. O analista dispõe como instrumento do método a fala do analisante, “na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo” (Lacan, 1953/1998, p. 259), e atua no campo do discurso concreto. A palavra proferida em análise tem sua função na medida em que é endereçada a alguém, pois não há fala sem resposta, desde que se tenha um ouvinte. Erguendo sua narrativa, o sujeito assume sua história por meio da fala endereçada ao outro, em transferência, e reconstrói a obra imaginária de si para se apresentar a esse outro, reencontrando a alienação fundamental que o constituiu.

Enquanto seres falantes, estamos inteiramente submetidos à linguagem e à lógica do significante. Um sistema do significante, uma língua, tem particularidades (como o emprego das palavras, as expressões e locuções nas quais elas se agrupam e até mesmo as normas gramaticais) que condicionam o que se passa no inconsciente. A submissão ao significante é efeito da anterioridade da estrutura da linguagem em relação ao sujeito. Desde seu nascimento, o humano é encharcado pela linguagem, exposto às suas leis preexistentes e às quais deve se submeter. Lacan (1955-1956/1985) fala em uma “aparição primitiva do significante” (p. 172), para indicar que é preciso já haver o material significante para significar qualquer coisa. O significante é dado primitivamente, mas sua ação só se dá na medida em que o sujeito o faz entrar em sua história.

Diferente do neurótico, o psicótico é habitado ou mesmo possuído pela linguagem, ele é “violado, manipulado, transformado, falado de todas as maneiras, é, eu diria, tagarelado” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 94). A linguagem para o psicótico toma o primeiro plano; algo ali a fala à sua revelia, comenta a atividade do sujeito, faz recriminações ou imposições, enfim, comparece ao nível da palavra falada. Isso porque é no interior do significante primordial, que

na psicose está excluído, que o mundo da realidade se constitui. Era “realmente o verbo que estava no começo” (Lacan, 1953/1998, p. 272).

## **2.2. O Inconsciente é o Discurso do Outro**

A descoberta das relações entre inconsciente e linguagem, herança da influência saussuriana no pensamento de Lacan, fez surgir a noção de Outro, o que marcou uma divisão radical em relação às convenções técnicas a que foi reduzida a psicanálise com os pós-freudianos; com Lacan, há uma definitiva derrocada da ilusão de totalidade, da miragem da unidade do eu:

aí está o que, para nós, objeta a qualquer referência à totalidade no indivíduo, já que o sujeito introduz nele a divisão, bem como no coletivo que é seu equivalente. A psicanálise é, propriamente, o que remete um e outro à sua condição de miragem. (Lacan, 1953/1998, p. 293)

O Outro com maiúsculo é um lugar, diferente do outro minúsculo, duplo semelhante. Foi descrito como “o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1964/2008, p. 200). Inscreve o princípio de alteridade radical, a partir do qual o sujeito se estrutura, na medida em que seu inconsciente, tecido de linguagem, é o discurso do Outro (Lacan, 1953/1998). De ordem simbólica, incompleto e inconsistente, designa o lugar ao qual se dirigem as demandas e se articula o desejo. É o Outro do sujeito, esse Alhures (Lacan, 1957-1958/1998), a outra cena que Freud descreveu, da qual o sujeito só tem notícia pelo deslize. O que revela um além da condição egóica: a condição de sujeito do inconsciente.

O conceito de Outro vem inaugurar a concepção lacaniana da constituição subjetiva, uma vez que designa a ordem de determinação do humano, que é a linguagem. A linguagem é “imperativa em suas formas, mas inconsciente em sua estrutura” (Lacan, 1953/1998, p. 278), e determina o humano antes de seu nascimento, pois sua existência e estrutura são anteriores à

entrada do sujeito. Mas não pode determiná-lo inteiramente, pois sua estrutura é faltosa, coberta de descontinuidades (Lacan, 1955-1956/1985) – assim como o inconsciente não pode se expressar senão pelo furo na lógica formal do discurso.

A linguagem é, ela mesma, uma alteridade; não nascemos falando, somos expostos à língua. O campo do Outro designa tal convocação a falar uma língua, e dispor desta, por meio da qual o humano obtém a faculdade de falar de si, é o que o separa definitivamente do mundo natural. O ser humano transforma a língua ao mesmo tempo em que é transformado por ela – seu ser é indissociável da linguagem. Trata-se de uma duplicidade na relação com a linguagem, que Lacan (1953/1998) exprimiu da seguinte maneira: “O homem fala, pois, mas porque o símbolo o fez homem” (p. 278). Construído pela linguagem, ou até parasitado por ela, o ser humano tem sua vida envolvida pelos símbolos em uma rede tão total e complexa que sua existência está a eles conjugada antes mesmo que venha ao mundo, trazendo em seu nascimento “o traçado de seu destino; [os símbolos] fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado, a lei dos atos que o seguirão até ali onde ele ainda não está e para-além de sua própria morte” (p. 280).

O símbolo indica a prevalência de um pacto de troca simbólica, o pacto que rege a Lei, (Lacan, 1953/1998). O Outro da linguagem, prévio ao sujeito, inscreve a Lei de simbolização que rege a sexualidade humana, insere o interdito e orienta o sujeito no mundo. É a Lei primordial que dispõe a cultura superposta à natureza, e que se faz presente como uma ordem de linguagem. A anterioridade dessa Lei indica que os efeitos do significante preexistem à experiência particular do sujeito.

O campo do inconsciente é marcado pelo entrecorte, pela descontinuidade: “O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (Lacan, 1953/1998, p. 260). O inconsciente é o capítulo censurado, marcado pelo corte ou pela mentira, que somente as

condições de análise pode recuperar; reavido no corpo, nas memórias, na fala. O analista participa do reconhecimento, pelo sujeito, de sua história como seu inconsciente. A dimensão imaginária é suficiente para captar as relações do animal; a psicanálise demonstra, no entanto, que o que é da ordem do humano pertence à outra dimensão: “os fatos da psicologia humana não se poderiam conceber na ausência da função do sujeito definido como efeito do significante” (Lacan, 1964/2008 p. 203).

A alienação vivida pelo sujeito, cuja edificação se dá pela ação do eu e que se impõe quando ele fala de si, encontra seu aliado no modelo científico moderno, erguido sobre uma pretensa objetivação do discurso, uma subtração da subjetividade que conduz o sujeito ao esquecimento de sua condição faltante. A psicanálise, por privilegiar o campo do significante, que faz rupturas na linearidade do discurso, serve como uma resposta ao mal-estar na cultura, à alienação do sujeito da civilização científica. São os deslizamentos da fala que interessam à psicanálise, e não a linearidade do discurso, pois pela linguagem o ser humano se aliena e, por meio dela, pode conhecer sua verdade.

Lacan (1953/1998) teceu uma crítica à ciência moderna que, pela ação do positivismo, submeteu as ciências humanas às ciências experimentais, impossibilitando o reconhecimento da psicanálise enquanto ciência. A antropologia e o estruturalismo poderiam instaurar uma nova ordem das ciências por meio da ênfase na função simbólica, onde o estudo do símbolo teria a centralidade exigida e as ciências humanas, o estatuto de ciências da subjetividade. Por essa razão, explorou campos adjacentes e, afinal, complementares à psicanálise, acrescentando, além da linguística e do estruturalismo, a retórica, a dialética, a gramática e a poética (Lacan, 1953/1998).

A psicanálise, conforme lembrou Jorge (2017), tem algo de intransmissível, pois cada análise é uma, condicionada às condições subjetivas em jogo em cada situação analítica, devendo ser reinventada por cada analista. Não cabendo em protocolos rígidos, a exigência de

neutralidade ou impessoalidade – exigência de subtração da subjetividade do analista – não aponta senão para uma diligência à dimensão imaginária. Lacan (1953/1998) combateu fortemente a imposição de tais formalidades e encontrou em Freud as indicações da busca por um estilo próprio, de uma posição a partir da qual um sujeito possa advir (Jorge, 2017). O ensino lacaniano carrega consigo um estilo e linguagem que se opõem a um modo de transmissão do conhecimento, característico da ciência moderna, que deve à eliminação do sujeito a proposta de univocidade do sentido.

### **2.3. O Poeta, Mestre da Língua: Linguagem e Poesia em Octavio Paz**

Descobri aos 13 anos que o que me dava prazer nas

leituras não era a beleza das frases, mas a doença  
delas.

Comuniquei ao Padre Ezequiel, um meu Preceptor,

esse gosto esquisito.

Eu pensava que fosse um sujeito escaleno.

— Gostar de fazer defeitos na frase é muito saudável,

o Padre me disse.

Ele fez um limpamento em meus receios.

O Padre falou ainda: Manoel, isso não é doença,

pode muito que você carregue para o resto da vida

um certo gosto por nada...

E se riu.

Você não é de bugre? — ele continuou.

Que sim, eu respondi.

Veja que bugre só pega por desvios, não anda em

estradas —

Pois é nos desvios que encontra as melhores

surpresas e os arituncuns maduros.

*Há que apenas saber errar bem o seu idioma.*

Esse Padre Ezequiel foi o meu primeiro professor de

agramática. (Barros, 2010, p. 319, grifo nosso)

O dispositivo analítico privilegia o discurso que revela o sujeito do inconsciente, que está escamoteado pelo eu. Este, cartesiano, contém o teor de alienação responsável pelas tentativas das delimitações de si pela fala, pelo pensamento e pela imagem corporal (Quinet, 2011a). O trabalho analítico consiste em “suspender as certezas do sujeito” (Lacan, 1953/1998, p. 253), de modo a reduzir suas miragens, distinguindo aquilo que revela algo além. Uma simples pontuação pode ter o valor de intervenção, libertando determinado “termo de seu contexto rotineiro, para submetê-lo a todos os fins úteis da técnica” (Lacan, 1953/1998, p. 253). Atento à trama do discurso, o analista faz interrupções guiadas não pelo tempo cronológico,<sup>8</sup> mas pelo tempo lógico, tempo do inconsciente na revelação de sua trama.

Pelo poder do símbolo, o analista joga com as ressonâncias de sentido, operando com a propriedade natural da fala de “fazer ouvir o que ela não diz” (Lacan, 1953/1998, p. 296). A concepção de linguagem em Lacan, a partir da qual uma teoria do sujeito foi possível, considera que uma linguagem funcional (inequívoca ou imune aos mal-entendidos) perde sua função de linguagem – sua função não é informar, mas evocar. A linguagem “funciona inteiramente na ambiguidade, e a maior parte do tempo vocês não sabem absolutamente nada do que estão dizendo” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 135). As inconsistências ou descontinuidades da

---

<sup>8</sup> As célebres e controversas sessões com tempo variável estão baseadas na premissa de não carregar os perigos da alienação do sujeito, pois “rompe o discurso para parir a fala” (Lacan, 1953/1998, p. 317).

linguagem, desse sistema de comunicação propriamente humano, é o que verdadeiramente faz emergir o sujeito.

Lacan (1953/1998) afirmou:

A experiência psicanalítica descobriu no homem o imperativo do verbo e a lei que o formou à sua imagem. Ela maneja a função poética da linguagem para dar ao desejo dele sua mediação simbólica. Que ela os faça compreender, enfim, que é no dom da fala que reside toda a realidade de seus efeitos; pois foi através desse dom que toda realidade chegou ao homem, e é por seu ato contínuo que ele a mantém. (p. 323)

É um jogo constante a que a análise se propõe, um completo desmonte da unidade do signo, ou seja, da relação de reciprocidade entre o significante e o significado, que parte da descoberta freudiana de um saber que está além do que o eu consciente exhibe, envaidecido, que só se revela na linguagem do desejo, linguagem primeira, que fala à sua revelia (Lacan, 1953/1998). Essas considerações até aqui apresentadas é o que inspira a interlocução com Octavio Paz, outro pensador da língua, cujo lugar de poeta é o de verdadeiro mestre da língua, a voz que faz nascimentos (Barros, 2010).

Octavio Paz foi um poeta e ensaísta mexicano que dedicou sua obra à poesia e à função poética da linguagem. Considerado um dos maiores poetas de língua hispânica, escreveu *O arco e a lira* (Paz, 1956/1982), livro que com todos os recursos poéticos trata do fazer poético, uma experiência de manipular as possibilidades da linguagem. Utilizando-se de riquíssimas referências da literatura, da linguística e da história e cultura latino-americana, a obra tem o mérito de servir-se da linguagem poética para falar da própria poesia, conferindo à leitura um ritmo próprio.

Para o autor, a poesia contém em seu ser a dupla habilidade de revelar o mundo e, simultaneamente, criar outro. Constante movimento de diálogo com a ausência (completo assassinio da coisa pela palavra), a poesia se recolhe à obediência às regras da língua, e em

seguida se abre a um novo mundo em que a criação de novas regras para o mundo é possível. Revolucionária por natureza, a poesia transforma o mundo, e “em seu seio resolvem-se todos os conflitos objetivos e o homem adquire, afinal, a consciência de ser algo mais que passagem” (Paz, 1956/1982, p. 15). Pertence a todos os tempos, a todos os povos, pois é a forma natural de expressão do homem. Inconcebível a existência de uma sociedade sem canções, mitos ou outras expressões poéticas, mas existem aquelas que não têm prosa.

A poesia, como a linguagem, preexiste ao sujeito. Não é um artefato humano; ao contrário, o homem dispõe dela – pois o efeito poético é propriedade primeira da linguagem –, e cria a partir de sua existência. Há poesia sem poema, poesia em estado amorfo, está aí, na natureza. O poema é uma criação, é poesia erguida. É entidade da poesia, um ser redutível dela, mas, ainda assim, distinto. O poema é o ato de fabricar, produzir, criar, fazer nascer, fazer vir a ser, inventar, imaginar. Não é meramente uma forma literária, mas uma das expressões do encontro entre o homem e a poesia. Por este motivo, um soneto ou uma obra construída de acordo com as leis da métrica pode não conter poesia, pois as estrofes, as rimas e os versos devem ser tocados pela poesia. O essencial é menos a forma que o encontro com o poético, e assim qualquer atividade verbal é suscetível de se transformar em poema. A técnica e a criação – a manipulação do utensílio e o resultado, o poema – não coincidem.

A técnica é procedimento, tem seu valor medido na eficácia de sua aplicação, e é substituível na medida em que um novo processo surja (Paz, 1956/1982). É uma manipulação da matéria. O poema, produto do ato de criação, por outro lado, “é um objeto único, criado por uma ‘técnica’ que morre no instante mesmo da criação” (p. 20). A operação poética é oposta à manipulação técnica: “A pedra triunfa na escultura, humilha-se na escada. A cor resplandece no quadro; o movimento, no corpo, na dança. A matéria, vencida ou deformada no utensílio, recupera seu esplendor na obra de arte” (p. 26). Se nesta última a matéria abandona sua natureza original para se transformar em outra coisa, no deslocamento da criação a palavra é colocada

em liberdade, recupera sua propriedade de nada significar. O significante não está associado a nenhum significado, e pode livremente ser extrapolado dos limites da significação e da sonoridade. O poeta é ser brincante, e seu ato transforma a matéria-prima – à disposição de todos os falantes – em obra.

Todas as criações humanas são feitas de palavras – todas as questões humanas são questões da ordem da linguagem (Paz, 1956/1982). O ser humano é inapreensível sem as palavras, necessita delas para se constituir e ser apreendido. É um ser de palavras, ser de linguagem, e um servo da linguagem. As palavras são o único testemunho da realidade humana, que a ordem simbólica tem a faculdade de ordenar. Coexiste, no entanto, um impossível, um limite da ordem do indizível: “num extremo, a realidade que as palavras não podem expressar; no outro, a realidade do homem que só pode se expressar com palavras” (pp. 36-37).

“A palavra é o próprio homem” (Paz, 1956/1982, p. 37), e as ciências da linguagem não podem, como tal, ter seu objeto isolado. Por essa razão, o objeto da linguística é inseparável e indivisível do sujeito que dele realiza uma leitura. Ao formular as leis da linguagem, o homem acaba por pensar em sua própria condição, havendo um resto que lhe escapa pela evocação da falta inevitável da estrutura da linguagem. A linguística trabalha com um objeto que não pode ser inteiramente apreendido, pois “A linguagem é uma condição da existência do homem e não um objeto, um organismo ou um sistema convencional de signos que podemos aceitar ou rejeitar” (Paz, 1956/1982, pp. 37-38). A crítica de Paz à linguística de seu tempo perpassa a relação desta ciência com seu objeto, que não pode ser uma relação objetiva. Falando de linguagem, o sujeito fala, no fundo, de si próprio: “as palavras não vivem fora de nós. Nós somos o seu mundo e elas o nosso” (p. 37).

### ***A Palavra Assassina a Coisa***

Houve um tempo (mítico), afirma Paz (1956/1982), em que a atitude do homem diante da linguagem era de total confiança, em que o signo era a cópia do objeto, ou a arte cópia da

realidade, capaz de engendrará-la. O abismo entre as coisas e seus nomes não foi prontamente identificado, e somente pela constatação da profunda diferença entre o objeto e sua representação é que as ciências da linguagem obtiveram sua autonomia. Se já houve a pretensão de fixar um significado único aos vocábulos, logo se impôs a rebeldia da palavra à sua definição. Não há correspondência possível entre o objeto e seu signo; por esse abismo, cada palavra é uma metáfora daquilo que designa.

O valor de metáfora da palavra é uma propriedade decorrente da profunda distância entre a palavra e o objeto. Essa é uma consequência, de acordo com Paz (1956/1982), da separação do mundo natural que o homem realizou na medida em que adquiriu consciência de si, uma operação que resulta na fundação de si próprio, envolvido com a construção de um mundo regido pelo símbolos: “Pela palavra, o homem é uma metáfora de si mesmo” (p. 42). A essência da linguagem é simbólica, “consiste em representar um elemento da realidade por outro” (p. 41), e essa é a razão pela qual é um instrumento mágico, poesia em estado natural, suscetível de transmutar aquilo que toca e de transformar algo em outra coisa.

### ***O Poema e as Expressões Poéticas***

Para a criação poética, no entanto, não basta que se faça uso da função metafórica da palavra. Se as palavras são a substância do poema, não o são propriamente. A linguagem é viva, permanentemente recriada pelo homem, e, por isso, a fala constantemente evoca jogos de palavras, expressões ou imagens incitadas pela imaginação e pela fantasia, mas que se apagam de maneira tão efêmera como foram criadas. A isso, o autor denominou expressões poéticas, resultado do vaivém das palavras na boca dos falantes, sempre presentes e capazes de manter naturalmente preservada a natureza poética da fala.

As expressões poéticas são oriundas da natureza da linguagem, da propriedade infinita do significante que inevitavelmente esbarra com um efeito poético. Na voz dos falantes de uma língua, surgem neologismos, expressões, rimas, jogos de palavras, imagens, que se apagam

assim que são criadas (Paz, 1956/1982). Não têm permanência, reconhecimento ou longevidade no conjunto das obras literárias, mas escancaram a fragilidade do mundo do sentido. As expressões poéticas revelam que, no mundo humano, não há significados definitivos, e que a estrutura da linguagem é tão faltosa quanto a do sujeito que a criou, nunca podendo chegar à um sistema de comunicação infalível.

### ***A Criação Poética: Vontade Criadora e Alteridade***

Para que um poema surja, afirmou Paz (1956/1982), é necessário algo mais que uma mera manipulação das palavras. Não se pode atribuir a criação poética simplesmente ao dinamismo da linguagem; é preciso que intervenha uma vontade criadora. É preciso que um sujeito, por obra de uma deliberada intervenção na ordem simbólica, efetue uma transformação na experiência. Lacan (1955-1956/1985) apontou algo semelhante: “Há poesia toda vez que um escrito nos introduz num mundo diferente do nosso, e, ao nos dar a presença de um ser, de uma certa relação fundamental, faz com que ela se torne também nossa” (p. 94) e, adiante: “A poesia é criação de um sujeito assumindo uma nova ordem de relação simbólica com o mundo” (p. 94). O poema não subsiste no vazio, muito menos precede o sujeito que o cria. É necessária uma intervenção na linguagem, operada por um sujeito que, desejante e faltoso que é, decida transformar a matéria-prima bruta, a linguagem, em uma obra que, sem preencher o vazio, possa contorná-lo com palavras.

Sim, a linguagem é poesia e cada palavra esconde uma certa carga metafórica disposta a explodir tão logo se toca na mola secreta; a força criadora da palavra reside, porém, no homem que a pronuncia. O homem põe em marcha a linguagem. (Paz, 1956/1982, p. 45)

A criação poética se inicia com uma operação de violência contra a linguagem em dois atos. Primeiro, as palavras são desenraizadas, desconectadas de suas conexões habituais (Paz, 1956/1985). Desamarradas, as palavras flutuam, escancaram a frágil ligação que há entre o

significante, o som esvaziado de sentido, e o significado. Qualquer pretensão de que a mera relação recíproca entre o significante e o significado produza significação está aqui em questão. O poeta suspeita da unidade do signo linguístico, conforme o apontamento lacaniano de subversão da linguística saussuriana, e separa os vocábulos do mundo fala, tratando-os como únicos, insubordinados que são a um significado fixo.

O segundo ato desta operação é o regresso da palavra, um retorno ao meio social que a faz compartilhada, podendo então ser objeto de participação. O poeta não fala só; ele carece de um outro a quem endereçar sua obra. Não podendo existir no vazio, o poema é constituído por uma boca que o pronuncia e um ouvido que o escuta. Necessita de um Outro leitor a quem comunicar e que ateste sua participação no mundo, pois sua linguagem é viva e comum. “O poema é uma criação original e única, mas também é leitura e recitação – participação. O poeta o cria; o povo, ao recitá-lo, recria-o. Poeta e leitor são dois momentos de uma mesma realidade” (Paz, 1956/1982, p. 47). A participação do leitor é necessária; sem ele, há tão somente uma obra pela metade que, por não ser endereçada, não se realiza.

Há uma urgência da alteridade na criação poética, pois o poema só pode se constituir enquanto tal se for permeável ao outro. Isto implica que as palavras não devem ser gratuitas, e, simultaneamente, não devem falar em demasia, pois o excesso de explicação mata a entrada do outro. O poema revela sem nomear e evoca sem explicar: “Se o desenvolvimento é uma explicação, a realidade não será revelada, mas elucidada, e a linguagem sofrerá uma mutilação: teremos deixado de ver e ouvir para somente entender” (Paz, 1956/1982, p. 57).

A emergência da entrada do outro é o que sinaliza que o poeta, necessitando do outro, não fala sozinho, não cria uma língua hermética. Seu trato com a linguagem é da ordem de uma provocação, ironizando a forma e as regras formais – não obstante, ele as conhece com profundidade. Não cria a partir do nada. Seu material são ideias e expressões admitidas na língua, operando o que Miller (2002) denominou – referindo-se a expressões populares

próximas ao chiste, mas tendo ainda a poesia como contexto geral – um “manuseio gráfico e oportuno” (p. 30) das temáticas poéticas, patrimônio de todos. Não está anulado ou esvaziado o grande Outro da linguagem, que ali permanece enquanto interlocutor desse endereçamento que o sujeito realiza.

A operação de criação consiste em uma elevação ou uma transposição de uma matéria-prima ao estado final de obra, do mundo da natureza ao mundo das obras, terreno das significações. O mundo das significações é, paradoxalmente, o mundo regido pelo sem-sentido, pois só este pode fazer surgir uma significação qualquer. A tentativa de eliminar o sem-sentido é vã por natureza, pois fazê-lo seria revelar profundo desconhecimento da essência da linguagem. A significação só pode surgir no intervalo entre o querer dizer e o que se diz, pois o ser humano diz sempre além do que se quer, sempre outra coisa. O poema é produto de um jogo com o sem-sentido que, sendo permeável à leitura do outro, faz surgir uma significação.

O jogo do poeta é um ato de fazer o verbo delirar (Barros, 2010). Ele brinca com a completude e com a falta, com a totalidade das significações e com a inesgotabilidade do significante. Ciente de sua condição de falta, o poeta provoca a ordem simbólica, faz deslocamentos, desarticula as conexões habituais da língua, relembra o falante da frouxidão com que significante e significado mantêm relação.

### Capítulo 3 – O Delírio e o Poema

Tudo aquilo que a nossa  
civilização rejeita, pisa e mijá em cima,  
serve para poesia

Os loucos de água e estandarte  
servem demais

O traste é ótimo

O pobre-diabo é colosso. (Barros, 2010, p. 146-147)

No presente capítulo, trataremos das articulações entre a questão da psicose e da constituição de um delírio (a realização do verbo) e a criação poética (o delírio do verbo), a partir da perspectiva apresentada da estrutura e do funcionamento da linguagem. Essa reflexão, amparada na conhecida interface entre a psicanálise e a arte, busca pensar o delírio como uma construção, no sentido freudiano do termo, ou, ainda, como uma criação do sujeito – ele cria por suas próprias razões, por sua necessidade particular de restituir seu lugar no mundo –, cujo estilo contém um deslocamento do ordenamento comum, uma ruptura na relação entre as significações, regida por certo ritmo. Por fim, pensaremos na questão clínica que a psicose coloca à psicanálise e as possíveis contribuições que o percurso proposto poderiam fornecer.

#### 3.1. A Língua e seus Deslocamentos

O sistema das significações humanas a todo tempo se desloca, modifica o conteúdo dos significantes – que são, essencialmente, insignificantes (Lacan, 1955-1956/1985). Lacan buscou demonstrar que se deve abandonar em definitivo a ideia de que um significante se associa a um significado, pois a capacidade do significante de significar depende do sistema de covariação e, dessa maneira, ele não possui relação fixa com nenhum elemento. O sistema de linguagem não pode esgotar as possibilidades do significante, daí sua propriedade infinita. O

ponto de partida “é que todo verdadeiro significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 212). Como disse o poeta, “Pra meu gosto a palavra não precisa significar – é só entoar” (Barros, 2010, p. 458).

Não se pode estabelecer correspondência biunívoca entre significado e significante por conta dos resvalamentos de significação. A língua, sistema do significante, tem uma existência dinâmica – as vozes de seus falantes é o que lhe dá vivacidade. Por meio delas, é transformada e constantemente recriada, sofrendo com o manuseio criativo dos falantes, que não adotam atitude passiva em relação a ela. Sem quem a articule, a língua não é mais que uma abstração.

Longe de se estabelecer como entidade inamovível, a língua sofre deslocamentos e agitações pelo uso cotidiano. Paz (1956/1982), que enquanto poeta é também um experiente teórico da linguagem, sugere denominar expressões poéticas as expressões máximas do dinamismo da língua. São aquelas que surgem e esvanecem no uso cotidiano. Submetidos ao significante que estamos, as expressões, locuções, o emprego das palavras, os neologismos, as rimas, imagens etc. condicionam o que se passa no inconsciente. As expressões poéticas são oriundas da propriedade infinita do significante, cuja concatenação em uma determinada cadeia esbarra inevitavelmente com um efeito poético. São a revelação primeira de que não há significados definitivos no mundo humano.

Exemplares para demonstrar o permanente processo de criação protagonizada pelos falantes, as expressões poéticas representam o movimento da língua em seu curso de desenvolvimento. Não são obras como o poema; estão, ao contrário, no mesmo nível da fala e são resultado do afluxo das palavras nas vozes dos homens, que dispõem da natureza da linguagem – a saber, a falta de unidade do signo linguístico – para um uso inventivo do idioma, pois a própria fala, segundo o autor, está centrada no poema.

Vimos com Lacan (1953/1998) que o ser falante maneja, por meio da fala, a função poética da linguagem para dar ao seu desejo a mediação simbólica. A linguagem serve de

suporte ao sujeito desejante, ofertando-lhe barreira ao gozo do corpo. A poesia é inseparável do humano, pois a possibilidade do efeito poético, assim como do mal-entendido, residem na propriedade infinita do significante, conforme assinalou Eidelsztein (2012), que também enfatiza a impossibilidade de evitá-los. A função poética é, de certa maneira, inerente ao uso da língua. Evidentemente, a criação de uma obra, um poema, depende de um árduo trabalho executado por um sujeito “assumindo uma nova ordem de relação simbólica com o mundo” (Lacan, 1955-1956/1985). Mas o gérmen poético, ou seja, suas expressões cotidianas, está por toda a parte; “Nos lábios das crianças, dos loucos, dos sábios, dos idiotas, dos namorados ou dos solitários, brotam imagens, jogos de palavras, expressões surgidas do nada. Por um instante brilham ou lampejam. Depois se apagam” (Paz, 1956/1982, p. 42).

O psicótico, Lacan (1955-1956/1985) observou, tem uma relação muito específica com o conjunto do sistema da linguagem. Trata-se de uma estrutura, seu ensino o demonstra, cujas manifestações demonstram em última instância a função do Outro, já que não opera a função do pai como significante. O específico de uma alucinação psicótica é o fato dela ser verbal, ou seja, é da ordem do verbo. São distúrbios de linguagem, e não dos órgãos dos sentidos (Quinet, 2011b). Isso se mostra nas alucinações verbais de Schreber, alvo de incontáveis alusões no Seminário III, que se manifestam sob a forma de neologismos, repetições estereotipadas, mensagens interrompidas e de autonímias em curto-circuito, articuladas à linguagem delirante. São fenômenos que testemunham a completa divisão entre o significante e o significado pela ausência do Nome-do-Pai, que funcionaria como um ponto de basta, ou seja, algo que venha a atar esses elementos, que poderia paralisar a massa flutuante das significações. Fenômenos que demonstram que, na psicose, o Outro fala.

Na estrutura paranoica, o fenômeno psicótico se apresenta como uma enorme significação que “‘não tem ares de nada’, aparentemente ligada a nada” (Beividas, 2009, p. 138); a um observador apressado, tem-se um delírio estabilizado no campo do absurdo, do

insensato, rodeado de significações erotizadas. Observa-se, ainda, a suspensão da metaforização de *um significante* que inscreveria outra ordem (a ordem neurótica) para as articulações do discurso. Essa falta, ou esse buraco, obstrui a amarração de tais articulações, e o efeito é essa espécie muito particular de deriva delirante.

O sujeito se reconstitui ao redor desse buraco, onde falta a possibilidade de deslizamento da cadeia significante. O delírio discursivo, construção integrante do processo de cura, tem como assinatura neologismos inundantes – não a simples presença de um neologismo, mas seu modo alienante de articulação – e repetições estereotipadas. Ignorando a língua que fala, (Lacan, 1955-1956/1985), o sujeito está inteiramente envolto em um discurso cujas articulações ignora o rumo. É um discurso regido por um rigor, uma coerência interna, como se observa nas alucinações que se repetem, nos significantes que remetem a si próprios, nas mensagens interrompidas, dentre outros, reflexo do que Bevidas (2009) defendeu como um rigor do próprio inconsciente, que “se repete com constância e com um rigor invejável em cada uma de suas estruturas patológicas de linguagem” (p. 154). O rigor com que o delírio se constitui denota certa urgência no processo de restabelecimento com o qual o sujeito se compromete e, ainda, seu estilo próprio, cujas repetições denotam algum ritmo em sua criação.

Por menor que tenha sido o vislumbre de sucesso terapêutico, Freud assegurou, em ocasiões diversas (1911/2010, 1915/2010, 1924/2011), que o quadro clínico da psicose é frequentemente marcado por esse processo de cura muito particular que é o trabalho do delírio. O psicanalista defendeu enfaticamente o delírio como a manifestação de um sujeito mediante um intenso trabalho de reconstrução do mundo, um trabalho que requer leitura no lugar de mero descarte ou suspensão, conforme observamos a seguir:

O interesse do psiquiatra por tais formações delirantes se esgota, normalmente, ao constatar a operação do delírio e sua influência na vida do paciente; seu espanto não marca o início de sua compreensão. Já o psicanalista, partindo de seu conhecimento das

psiconeuroses, supõe que mesmo formações mentais tão extraordinárias, tão afastadas do pensamento humano habitual, tiveram origem nos mais universais e compreensíveis impulsos da vida psíquica, e gostaria de conhecer tanto os motivos como as vias dessa transformação. Com esse propósito, ele buscará aprofundar na história do desenvolvimento e nas particularidades do delírio. (Freud, 1911/2010, p. 24)

Seu mérito está em ter feito advir um sujeito onde historicamente se ressaltam somente disfunções. Lacan (1966/2003) observou que Freud se dá a liberdade decisiva de introduzir o sujeito enquanto tal, em vez de insistir em limitar o trato da loucura em termos de déficit ou de dissociação de funções. O encargo de Freud, ou até seu compromisso, foi o de construir o sujeito a partir do inconsciente, a partir de uma abordagem lógica. Sua leitura e análise dos fenômenos paranoicos puderam instaurar uma nova posição ética – no sentido de instaurar um *ethos* inteiramente distinto – diante de tal sujeito e seu padecimento, bastante distante dos preceitos da tradição psiquiátrica.

### **3.2. O Delírio é uma Construção**

Para a psicanálise, a formação delirante não é mera manifestação do processo patogênico, mas sobretudo um trabalho de (re)construção, termo que denota, em primeira instância, o trabalho de reconstrução do mundo ao qual o sujeito se empenha, chegando mesmo a subverter a realidade. Isso se dá em um período posterior a uma fase de crepúsculo do mundo, “fase verdadeiramente constitutiva do movimento do delírio” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 241), que é marcada por profunda confusão, na qual se produzem fenômenos que caracterizam o início de um período delirante, a entrada na psicose, durante o qual a realidade é infestada por uma urgência de reformulação.

O termo construção ao qual o delírio está aqui referido remete também ao sentido cunhado por Freud (1937/2019) em seu artigo Construções em análise, no qual faz equivalência entre as formações delirantes e as construções elaboradas no tratamento analítico:

As formações delirantes dos doentes parecem-me equivalentes das construções que elaboramos nos tratamentos analíticos, tentativas de explicação e reconstituição, que sob as condições da psicose, aliás, só poderão levar a substituir aquela parte de realidade que é renegada no presente por um outra parte, que nos primórdios também foi renegada. (p. 379)

As construções do analista são um trabalho análogo ao do arqueólogo, que reconstrói a partir dos resquícios ainda existentes, tem efeito por trazer à tona uma parte da história perdida, pois o trabalho analítico permite que vivências infantis primevas de disposição da libido (ou ao menos seus fragmentos) sejam recordadas, por meio das quais o analista reconstitui o esquecido. Uma construção não precisa levar à recordação completa, mas ao menos uma convicção de sua verdade. Nesse sentido, uma substituição incompleta tem valor de recordação.

O delírio guarda algum poder de convencimento pois traz à tona uma porção de verdade histórica que é posta no lugar da realidade previamente rejeitada. O afastamento do mundo real é a condição necessária para a imposição de conteúdos inconscientes sobre o conteúdo do delírio. Em vez de tentar convencer o sujeito do erro de seu delírio, afirma Freud (1937/2019), o analista deve reconhecer que o delírio tem método e que denuncia esse deslocamento da pré-história para o presente.

O delírio é uma construção diante do fenômeno da alucinação, que contém um cerne da verdade, a parte de verdade histórica emaranhada em deformações e ligações (Freud, 1937/2019). O percurso de sua constituição possibilita ao sujeito sustentar-se em uma significação – a possibilidade de um ponto de basta –, e é tanto mais sofrido quanto mais o sujeito não o organiza (Lacan, 1955-1956/1985). O estado crepuscular, marcado pela confusão alucinatória, pelo inundamento perceptivo, pela profusão de pensamentos, ainda sem interpretação definitiva, é sucedido por um esforço de reinterpretação da realidade, agora infestada por material psíquico. A partir das atribuições de sentido, cercadas de convicção (ou,

melhor, de certeza) de que o mundo está tomado por significação, um processo de reestruturação do mundo se inicia, no qual a existência do sujeito no mundo é possível.

No sentido freudiano, portanto, o delírio é uma construção. Sua articulação é lógica por certos aspectos, já que obedece a uma coerência interna que, a despeito de sua característica notável de romper com o sentido socialmente compartilhado, tem na certeza delirante, radical e inabalável, a evidência de seu rigor. Como construção, é por definição inacabado; não se trata de uma forma definitiva e bem acabada, mas que requer repetidamente novas formulações (à maneira das próprias construções em análise). O sistema delirante, portanto, não é hermético, seu sentido está sempre pronto a um conserto, uma retificação, admitindo tantas integrações e reinterpretções quanto necessárias para se adequar à nova realidade. Elementos da realidade podem ser inseridos, reinterpretados para se adaptar às novas percepções, descartados para preservar a congruência e assim por diante.

Nesses termos, o trabalho delirante parece um ato de criação realizado por um sujeito vivendo em uma realidade impossível. Ele cria um mundo novo onde possa viver. Entende-se por criação o processo de subversão do que está posto, um deslocamento, que emerge da necessidade de transformação da realidade. O processo de cura pode ser expresso por essa realidade criada, que se manifesta como algo de novo, de inédito, uma invenção da realidade que o sujeito experimenta, e que desemboca em um delírio que se constitui ancorado na realidade, transformando-a.

Em suma, a psicanálise ensinou duas coisas sobre o delírio. Em primeiro lugar, que não deve ser descartado, pois contém um dizer do sujeito. O tratamento psicanalítico busca preservar as condições para que possa ser elaborado, assim como se aprofundar em sua gênese, em suas ligações e na assunção da história realizada por meio dele. Em segundo lugar, demonstrou que não é um sistema fechado em si mesmo, impassível de entrada de um outro, mas uma construção em favor da cura, uma tentativa de solução diante da forclusão do

significante paterno. Como construção, obedece a um rigor ritmado, a um encadeamento, mais ou menos regular, na construção da narrativa fictícia, narrativa do desejo inconsciente em sua forma menos deformada.

### **3.3. O Delírio do Verbo e a Realização do Verbo**

Chamar o delírio de criação ou de construção não significa que haja equivalência entre o delírio e o poema. Reconhecemos suas patentes divergências, seus tremendos distanciamentos quanto às operações que lhes dão origem, de natureza inteiramente diversa. O poema é obra de um sujeito que circula pelos laços sociais vigentes, ainda que possa tomar de empréstimo do louco a desrazão. Os deslocamentos e transformações nas normas da língua são parte de um deliberado jogo com a submissão do homem às suas leis, protagonizadas por alguém que tem do campo social a licença para tal – a licença poética. O poema é o ato de fazer o verbo delirar (Barros, 2010), com o simbólico regendo todo o jogo linguístico. Contorno do vazio, mas com a ciência da impossibilidade de preenchê-lo, o poema reconhece a incompletude que nos condiciona enquanto seres humanos e que comparece na estrutura da linguagem.

O delirante psicótico, por outro lado, vive a realização do verbo. A ausência de mediação simbólica faz com que as palavras percam sua qualidade significante, sendo cindidas de sua significação. Há identidade entre palavra e coisa, consequência da recusa ao pai como ordenador da fala, uma recusa da ordem simbólica. O sujeito vive um mundo de certezas, onde sua linguagem carrega a marcante desavença com o ordenamento comum, de caráter neológico. Não podendo evitar a angústia do real pela ordem simbólica, ele vive uma completa impregnação de sentido.

Se não pode ser igualado ao poema, poderíamos tomar as formações delirantes como expressões poéticas? Cunhadas por Paz (1956/1982), as expressões poéticas são a própria demonstração da natureza poética da fala, de seu caráter simbolizante. Na voz dos falantes surgem formas verbais rítmicas e produção constante de imagens, palavras sendo incendiadas

pela fantasia e pela imaginação. As construções delirantes, por sua vez, são uma reedição da realidade, cujo núcleo é a porção de verdade histórica. Ambas são criações efêmeras, e por esta propriedade diferenciam-se do poema, que se consolida como obra.

O delírio é efêmero pois não tem longevidade no conjunto das obras literárias. E não intenta ter: constitui-se como possibilidade de compensação da dispersão do gozo por meio da criação, e podemos supor que não visa “o endereçamento ao Outro da cultura e sim o tratamento do gozo para enquadrá-lo e atenuá-lo” (Quinet, 2006, p. 90), pois não é por prazer ou reconhecimento como artista que o psicótico produz arte, mas por obediência às vozes, por gozo disperso e não endereçado. Se, no entanto, chegam eventualmente ao estatuto de arte ou de obra, como foi o caso do renomado brasileiro Bispo do Rosário e tantos outros esquecidos pela história (ou sequer celebrados por ela), é porque deve haver, se não um endereçamento mesmo, ao menos um esboço.

Defendemos a ideia de haver no delírio um esboço de endereçamento pois seu trabalho é precisamente o de reconstituir o vínculo com o outro (os objetos), sendo essa a cura que o sujeito visa em sua produção. Não tão distante das expressões próprias ao uso da língua – mas talvez não tão fugaz, já que sua constituição demanda tempo –, podemos observar na construção delirante não somente a paralisação da significação em um delírio que contorne o inundamento ao qual o sujeito se encontra, mas também algum encadeamento ritmado dos elementos que compõem sua forma final. Isso porque “A linguagem, por inclinação natural, tende a ser ritmo” (Paz, 1956/1982, p. 82), e somente pela violência da razão deixam de ser.

A radical divisão entre o significante e o significado decorrente da ausência do Nome-do-Pai, ausência de um nó mínimo entre os elementos, levam o sujeito a uma corrente na qual não vigoram as leis do discurso, de coerência e clareza conceitual, e muito mais as leis de “atração de repulsa” (Paz, 1956/1982, p. 82), uma verdadeira corrente de imagens e não de conceitos, que caracterizam o ritmo. O ritmo se confunde com a própria linguagem: “As

linguagens oscilam entre a prosa e o poema, o ritmo e o discurso. Em algumas é visível o predomínio rítmico; em outras observa-se um crescimento excessivo dos elementos analíticos e discursivos, às expensas dos rítmicos e imaginativos” (p. 88). O trabalho do delirante é algo mais que uma ruptura, é um enlaçamento, ainda que sutil, regido pelo sem-sentido da própria linguagem.

É uma construção que não se faz no vazio, mas que tem alguma amarração, ainda que afrouxada, com o funcionamento da linguagem, esta que funciona inteiramente na ambiguidade, pois “na maior parte do tempo vocês não sabem absolutamente nada do que estão dizendo” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 135). A linguagem tem sua estrutura fundada na incompletude constitutiva do ser humano. O delírio pode ser essa forma linguística que desmascara nossa impossibilidade de sentido?

A psicanálise demonstrou diversas vezes que a escuta dá uma conotação particular ao que o sujeito fala. Na medida em que tomamos do delírio algo a ser lido, um dizer do sujeito em seu empenho de reconstituição, na qual a função do Outro está desmascarada na mesma medida em que o outro, com minúscula, apresenta-se como comentador de sua existência, poderíamos então pensar em sua produção como manifestações da natureza poética da fala. O campo da psicose se tornaria definitiva e permanentemente distante do campo das anomalias que condena os sujeitos ao asilo e ao silenciamento.

### **3.4. A Questão Clínica da Psicose**

A psicanálise, experiência subversiva – pois apresentou desde seus primórdios uma nova versão de clínica e, com Lacan, uma nova versão da noção de significante, por meio da qual a concepção de sujeito foi reinventada –, privilegiou uma modalidade discursiva totalmente inédita, interessada não no campo do sentido, mas do significante, donde o inconsciente comparece. É uma escuta do significante e não da linearidade da significação.

Apesar dessa particularidade, por meio da qual a suposição de um dizer no delírio é possível, o psicótico traz interrogações diversas ao lugar do analista, as quais Freud não soube solucionar. O clínico não atua, como na neurose, com a interpretação, mas de uma posição que Lacan (1955-1956/1985) denominou de secretário do alienado. Não só seremos seus secretários, como também “tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta” (p. 235), pois não há razão para não aceitar como tal o que ele nos diz. O sujeito nos testemunha que mantém uma relação muito específica com o sistema da linguagem, ou melhor, que vivencia uma certa virada na relação com a linguagem, na qual sofre de maneira particular o fenômeno discursivo como uma apassivação.

Tomar ao pé da letra o que o alienado nos diz supõe que se saiba escutar o que ele comunica de sua relação com os significantes. O analista surge como testemunha da relação com o Outro, e deve assumir uma posição em que possa haver um esvaziamento de gozo; ele deve provocar falta nesse Outro absoluto. O tratamento analítico da psicose, tornado possível com Lacan (1955-1956/1985), deve criar um lugar onde o louco possa, secretariado pelo analista, criar as condições de sua própria contenção. Impedida a via em que o trabalho de elaboração do delírio se realiza, o sujeito corre o risco de um empobrecimento no trabalho psíquico. Quando a resposta à crise é a inibição do delírio, “o que se instaura é uma permanência do crepúsculo que se traveste de demência” (Calligaris, 1989, p. 70). A constituição do delírio enquanto tal é a saída da crise.

O caminho percorrido até aqui visou se beneficiar dos desdobramentos de Paz sobre a poesia para refletir sobre os pontos de ligação entre a leitura do poema e a leitura que o psicanalista faz enquanto testemunha de um dizer. Não é uma posição de suposto saber que este fica na análise de um psicótico, mas de ser o secretário ou a testemunha do que o sujeito produz, ofertando a escuta tal como as produções aparecem. Para escutá-lo, não é preciso compreender

o que diz, pois no sem-sentido do delírio pode conter a possibilidade de organização subjetiva. Deve-se, isso sim, desligar da linearidade, do encadeamento regular do discurso.

A relação com o outro semelhante tem grande efeito na transferência do psicótico, que não supõe saber ao psicanalista. A dimensão imaginária comparece, e deve-se evitar a posição de duplo, especular. O analista, Lacan indicou terminantemente, não deve se aliar à alienação imaginária, que na psicose é preponderante (ao menos no nível dos fenômenos). Deve-se romper o ciclo no qual o Outro está excluído e que se fecha no outro com minúscula, no qual ressoa a própria mensagem do sujeito, de modo a não perpetuar a perplexidade na qual se encontra o sujeito diante da exclusão do Outro. A restituição do psicótico é decorrente do estabelecimento de uma ordem, a ordem delirante, que o analista não deve deter, assumindo posição tal que possa fazer emergir o sujeito. Não defendemos que a formação delirante deva ser incentivada ou idealizada, mas que frequentemente surge de condições subjetivas em favor de uma compensação dos efeitos da forclusão.

Evitando também encarnar a posição de Outro gozador, que levaria ao risco se tornar o perseguidor, o analista deve servir a alguma moderação de gozo por meio do lugar de secretário. A direção do tratamento é da ordem de um estímulo à “historização dos fenômenos” (Quinet, 2006, p. 54), de modo que o sujeito possa identificar em suas alucinações as palavras que tenham vindo do Outro e favorecer as construções delirantes que permitam circunscrever o gozo: “O analista pode secretariar o esquizofrênico em suas tentativas de estabelecer pares de oposição significante e promover a pontuação em sua fala para possibilitar a precipitação do sentido” (p. 54). Deve-se conduzir o delirante a “saber errar bem o seu idioma” (Barros, 2010, p. 319).

Todos os fenômenos devem ser considerados como tentativas de fazer laço social, de restituir o vínculo com o outro, pois os delirantes não apenas amam seus delírios como a si mesmos, “mas são apaixonados pelo Outro, e são amados do Outro” (Quinet, 2006, p. 54). Com

a cautela de não despertar a erotomania, o analista, defende Soler (2007), deve se colocar no lugar do Outro primordial real, surgindo com seu corpo e suas palavras no plano do significante, no lugar dos ditos do Outro. O trabalho da psicose é “uma maneira de o sujeito tratar os retornos no real, de efetuar conversões que civilizem o gozo até torná-lo suportável” (p. 187). Podem ser soluções a nível simbólico de suplência, ou ainda, que procedem a uma operação sobre o real do gozo não aprisionado na rede da linguagem, uma obra passada do simbólico para o real, o fora-do-sentido. Quando o analista serve apenas de duplo especular do sujeito, não há vínculo social possível.

Se tomado pelo psicanalista como uma construção ou mesmo como uma criação de um sujeito que, à sua maneira, transforma a realidade, o delírio poderia encontrar no dispositivo analítico as condições de possibilidade para sua elaboração. Este é um desdobramento clínico importante se mantivermos firme o propósito freudiano de não se desinteressar pelo trabalho do delírio, pois é um trabalho, em última instância, de cura. Trata-se de uma posição ética diante da psicose que Freud fundou e que não deve jamais ser abandonada pelos analistas dispostos à escuta de suas produções.

## Considerações Finais

O percurso aqui introduzido visou colocar a ênfase devida aos esforços freudianos de não relegar o delírio ao campo das produções patológicas disfuncionais que devem ser interrompidas a qualquer custo. Freud insistiu em dar ao delírio a condição de tentativa de cura e reconstrução do mundo, dando ao psicanalista o encargo de se aprofundar na história de seu desenvolvimento. Supondo na formação delirante um dizer, a psicanálise retirou definitivamente a psicose do campo das anomalias, e o desenvolvimento da teoria, em especial na condução de Lacan, possibilitou ao campo da psicose uma escuta e um tratamento, a despeito da tendência ainda atual da psiquiatria e demais áreas *psi* a asilar o psicótico e fazer cessar suas manifestações. Retomar os ensinamentos de Freud e Lacan intenta manter a chama de seus projetos viva, sem jamais se deixar conduzir por caminhos que silenciem o delirante.

Inaugurada uma nova posição ética diante desses sujeitos, a psicanálise de Lacan refaz toda a abordagem clínica da psicose. Constituir um delírio, longe de ser entendido como a evolução de um padecimento, faz parte de um esforço de reconstrução de um mundo despedaçado pela invasão imaginária sofrida pelo sujeito, que surge como efeito de conteúdos inconscientes sendo lançados para o exterior, ou, na terminologia de Lacan, o reaparecimento no real do que é recusado na ordem simbólica. A construção delirante se edifica mediante o grau de certeza que o significante adquire, “um peso proporcional ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da própria significação” (Lacan, 1957-1958/1998, p. 545). Trata-se de um efeito do significante, cuja estrutura escancara o equívoco próprio à comunicação, efeito da fragilidade do mundo do sentido. Nesse sentido, o delírio subverte a língua e denuncia que a linguagem é, por excelência, incompleta, e que no sujeito que a produziu subsiste um rombo análogo, uma impossibilidade inviolável de sentido.

A poesia – que tem sua máxima expressão no surgimento de um poema – é uma criação humana erguida através de uma operação pela via simbólica, que sem precisão alguma intenta

dar algum contorno ao vazio do real. Criação de um sujeito impondo uma nova ordem simbólica com o mundo, o poema não rejeita as incompletudes do sistema de comunicação humana, que demonstram terminantemente que não se pode tudo dizer. Há espaços deixados em vazio que a língua jamais poderá alcançar, denunciando que, na linguagem, há sempre algo que escapa, de modo que eliminar o *nonsense* ou produzir sentidos inequívocos é uma pretensão irrealizável. Em vez de se prestar a discursos inquebrantáveis, da maneira como idealizou o paradigma científico do século XX – cuja expressão pode se dar, por exemplo, em um texto em prosa ou em uma argumentação lógica –, o poema dispõe da desordem do mundo e da natureza, brinca com o sistema de leis da língua que tenta impor uma ordem impossível à natureza, trazendo ao mundo suas criações que provocam as normas da língua e deliberadamente a subvertem.

Há um eixo, que esperamos ter ficado evidenciado, entre o delírio e o poema, que os deixa ligados sem intenção de os igualar, e que deve servir para realçar a posição ética do psicanalista diante da psicose. Ambos transformam e mesmo subvertem as convenções da língua, acatam a natureza ambígua, polissêmica e equívoca da linguagem, embora evidentemente a partir de operações muito distintas, o que resulta em circulações diferentes por entre os laços sociais vigentes.

Constituir um delírio, não se deve perder de vista, representa uma tentativa de cura, uma tentativa de passagem do despedaçamento do corpo e da dispersão de gozo para uma inserção parcial no pacto social. Propusemos aqui, por um lado, a escuta do neologismo psicótico como expressão poética, na qual há realização do verbo, em lugar de desprezá-lo enquanto loucura, e, por outro, atribuir ao poema o ato de fazer o verbo delirar, de forma a refletir, em linhas gerais, sobre a questão da linguagem e do significante para a psicanálise, uma experiência de linguagem. O analista, por seu silêncio e posição ética, abre espaço para a construção de narrativas e para o advir do sujeito, possibilitando a constituição de um delírio que reorganize sua existência.

A respeito das limitações da pesquisa, considera-se, em primeiro lugar, o recorte da obra de Lacan, abreviado ao primeiro período de seu ensino, no qual o imaginário tinha lugar privilegiado. Acredita-se que a problemática em questão poderia se beneficiar de aprofundamentos ou incursões em desenvolvimentos posteriores do ensino lacaniano, que apresenta novas contribuições ao problema da psicose em psicanálise, quando o real aparece com um novo estatuto e o sintoma teve seu uso renovado com a introdução da noção de *sinthome*. Em segundo lugar, as circunstâncias da dedicação a este trabalho exigiram um temporário afastamento dos grupos e instituições onde a escuta de sujeitos psicóticos eram frequentes. Associar a pesquisa à prática clínica, ou seja, à escuta de possíveis construções delirantes, ou ao menos do testemunho de seus fenômenos, possivelmente permitiria a introdução de estudos de caso ou vinhetas clínicas.

Considera-se, por fim, que o estudo permite lançar uma nova luz às problemáticas que a psicose incitou na psicanálise desde Freud, e que a aproximação com a poesia em termos de funcionamento da linguagem deve permitir novas modalidades de escuta para o dispositivo analítico. Buscando romper com a concepção tradicional da loucura, esperamos poder ter contribuído com reflexões teóricas e clínicas consistentes com uma despatologização da psicose e uma introdução de suas produções no campo da cultura, no meio do povo, em vez de enclausurar nos lugares sociais que colaboram com o efeito de ruptura que mantém o sujeito excluído do pacto de simbolização.

## Referências Bibliográficas

- Arrivé, M. (2001). Significante saussuriano e significante lacaniano. In M. Laranjeira & A. Mouzat (Trads.), *Linguística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros* (pp. 95-112). Edusp.
- Barros, M. (2010). *Poesia completa*. Leya.
- Barros, M. (2011). *Escritos em verbal de árvore*. Leya.
- Beividas, W. (2009). A psicose e o discurso da ciência. In W. Beividas, *Inconsciente & sentido: Ensaio de interface entre psicanálise, linguística e semiótica* (pp. 135- 162). Annablume.
- Calligaris, C. (1989). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Artes Médicas.
- Dunker, C. I. L. (2011). O nascimento da clínica. In E. Trivinho, G. Cornelli, G. B. Krause, P. P. Funari, & P. R. Jacobi (Eds.), *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento* (pp. 389-481). Annablume.
- Eidelsztein, A. (2010). Estrutura é a da linguagem. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 38, 126-132. APPOA.
- Eidelsztein, A. (2012). El objeto a y el intervalo: Una clinica “más allá del padre” [O objeto a e o intervalo: Uma clínica “mais além do pai”]. In A. Eidelsztein, *Las estructuras clínicas a partir de Lacan: Vol. I. Intervalo y holofrase, locura, psicosis, psicossomática y debilidad mental*. (3ª ed., pp. 45-82). Letra viva.
- Eidelsztein, A. (2019). *Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan*. Toro Editora.
- Faria, M. R. (2019). *Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan*. Toro editora.
- Freud, S. (2010). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*dementia*

- paranoides*) relatado em autobiografia ("o caso Schreber"). In P. C. Souza (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 10, pp. 13-107). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (2010). O inconsciente. In P. C. Souza (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 12, pp. 99-150). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In P. C. Souza (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 18, pp. 13-122). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In P. C. Souza (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 16, pp. 13-74). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (2011). Neurose e psicose. In P. C. Souza (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 16, pp. 176-183). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (2011). A perda da realidade na neurose e na psicose. In P. C. Souza (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 16, pp. 214-221). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (2011). Autobiografia. In P. C. Souza (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 16, pp. 75-167). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (2014). Conferências introdutórias à psicanálise – Primeira parte: os atos falhos. In S. Tellaroli (Trad.), *Sigmund Freud – Obras completas* (Vol. 13, pp. 19-108). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1916)
- Freud, S. (2016). Manuscrito H [Anexo à carta a Fließ de 24 de janeiro de 1895]. In M.

- R. S. Moraes (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, psicose e perversão* (1. ed., pp. 15-21). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (2016). Manuscrito K [Anexo à carta de Fließ de 1º de janeiro de 1896].
- In M. R. S. Moraes (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, psicose e perversão* (1. ed., pp. 23-34). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (2016). Comunicação de um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica. In M. R. S. Moraes (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, psicose e perversão* (1. ed., pp. 83-95). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2019). Construções na análise. In C. Dombusch (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica* (1. ed., pp. 365-379). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1937).
- Jorge, M. A. C. (2017). O lugar do analista. In M. A. C. Jorge, *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: Vol. 3: A prática analítica* (pp. 233-244). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 3: As psicoses*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 238-324). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 383-401). Zahar. (Trabalho original publicado em 1954).
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 537-590). Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).

- Lacan, J. (1999). A lógica da castração. In V. Ribeiro (Trad.), *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente* (pp. 149-257). Zahar (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2003). Discurso de Roma. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros Escritos* (pp. 139- 172). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (2003). Apresentação das Memórias de um doente dos nervos. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros Escritos* (pp. 219-223). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2008). O campo do Outro e o retorno sobre a transferência. In M. D. Magno (Trad.), *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (pp. 198-252). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Longo, L. (2006). *Passo a passo: Vol. 64. Linguagem e psicanálise*. Jorge Zahar.
- Miller, J. A. (1997). O mal-entendido. In J. A. Miller, *Lacan elucidado: Palestras no Brasil* (pp. 17-34). Jorge Zahar.
- Miller, J. A. (2002). *Percurso de Lacan: Uma introdução*. Jorge Zahar.
- Paz, O. (1982). *O arco e a lira*. Nova fronteira. (Trabalho original publicado em 1956).
- Rabinovitch, S. (2001). *A foraclusão: Presos do lado de fora*. Jorge Zahar.
- Rivera, T. (2005). *Passo a passo: Vol. 13. Arte e psicanálise* (2ª ed.). Jorge Zahar.
- Saussure (2006). Natureza do signo linguístico. In C. Bally, A. Sechehaye (Orgs.), *Curso de linguística geral* (pp. 79-84). Cultrix. (Trabalho original publicado em 1916).
- Soler, C. (1991). A psicose. In E. L. Cólb (Trad.), *Artigos clínicos* (pp. 108-159). Fator.
- Soler, C. (2007). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Jorge Zahar.
- Soler, C. (2018). Sintoma, sinthoma. In C. Oliveira (Trad.), *Lacan, leitor de Joyce* (pp. 23-47). Aller Editora.
- Quinet, A. (2006). *Psicose e laço social*. Jorge Zahar.

Quinet, A. (2011a). *A descoberta do inconsciente: Do desejo ao sintoma*. Zahar.

Quinet, A. (2011b). *Teoria e clínica da psicose* (5ª ed.). Forense Universitária.